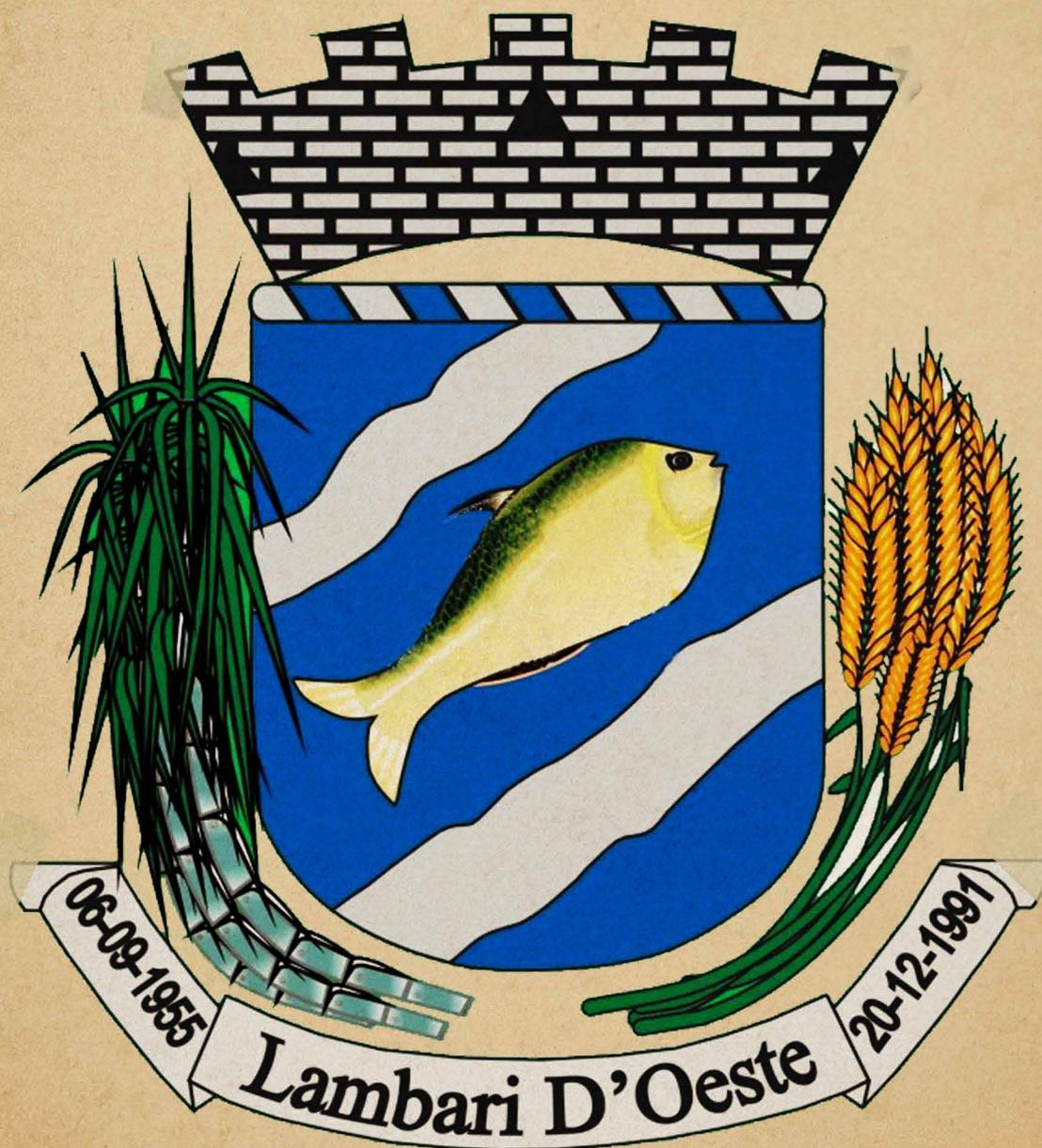


Indicadores Socioeconômicos e Ambientais Associados ao uso da terra no Município de Lambari D'Oeste-MT

Cleidiane dos Santos Carvalho



CLEIDIANE DOS SANTOS CARVALHO

**INDICADORES SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS ASSOCIADOS AO USO DA
TERRA NO MUNICÍPIO DE LAMBARI D'OESTE-MT**

Cáceres - MT
2021

PRODUÇÃO EDITORIAL
EDITORA UNEMAT 2021

Copyright, Cleidiane dos Santos Carvalho, 2021.

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio, seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Editora: Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa

Foto: Brasão Município de Lambari D' Oeste (MT) - MBI

Capa Final: Potira Manoela de Moraes

Diagramação: Adenilza de Oliveira Campos

C33li Carvalho, Cleidiane dos Santos.

Indicadores socioeconômicos e ambientais associados ao uso da terra
no Município de Lambari D'Oeste-MT / Cleidiane dos Santos Carvalho.-
Cáceres, Editora UNEMAT, 2021.
87 p.: il. Color.

ISBN 978-6586866-61-2

1. Indicadores Socioeconômicos. 2. Condicionantes Ambientais.
3. Desenvolvimento Socioeconômico. 4. Geografia – Mato Grosso. I. Título.

CDU 913(817.2)

Ficha catalográfica elaborada pelo bibliotecário Luiz Kenji Umeno Alencar – CRB1 2037.

| | |
|--|---|
|  <p>UNEMAT Universidade do Estado de Mato Grosso Carlos Alberto Reyes Maldonado</p> <p>Reitor Rodrigo Bruno Zanin</p> <p>Vice-reitora Nilce Maria da Silva</p> | <p>EDITORA UNEMAT</p> <p>Conselho Editorial Presidente Maria José Landivar de Figueiredo Barbosa</p> <p>Conselheiros Judite de Azevedo do Carmo • Ana Maria de Lima • Maria Aparecida Pereira Pierangeli • Célia Regina Araújo Soares Lopes • Milena Borges de Moraes • Ivete Cevallos • Jussara de Araújo Gonçalves • Denise da Costa Boamorte Cortela • Teldo Anderson da Silva Pereira - • Carla Monteiro de Souza - • Wagner Martins Santana Sampaio • Fabiano Rodrigues de Melo</p> <p>Suplentes Graciela Constantino • Maria Cristina Martins de Figueiredo Bacovis • João Aguilar Massaroto • Ricardo keich Umetsu • Nilce Maria da Silva - • Sérgio Santos Silva Filho • André Luiz Nonato Ferraz • Karina Nonato Mocheuti</p> <p>Av. Tancredo Neves, 1095 – Cavalhada III – Cáceres-MT – CEP 78217-900 – Fone: (65) 3221-0023 – editora@unemat.br – www.unemat.br</p> |
|--|---|

AGRADECIMENTOS

A Deus pela vida, saúde e oportunidade e sabedoria de concluir esta pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNEMAT pela oportunidade oferecida para a qualificação profissional.

Aos meus pais, por me concederem à educação, valores e por me terem ensinado a andar. Agradeço ao meu esposo, companheiro e amigo que mesmo com as dificuldades e ausência está sempre ao mesmo lado sendo meu porto seguro nos momentos de dificuldades e frustrações.

Ao meu orientador Prof. Dr. Evaldo Ferreira meu muito obrigada pela paciência, dedicação e por ter me ajudado nesse processo, que apesar das dificuldades, nunca desistiu de mim. A minha coorientadora Prof. Dra. Célia Alves de Souza obrigada pela paciência e dedicação.

Com vocês, queridos, divido a alegria desta experiência. “Quando não souberes para onde ir, olha para trás e sabe pelo menos de onde vens”.

SUMÁRIO

| | |
|--|-----------|
| AGRADECIMENTOS..... | 4 |
| PREFÁCIO..... | 7 |
| APRESENTAÇÃO | 8 |
| CAPÍTULO I - PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE LAMبارI D'OESTE | 10 |
| 1.1 INTRODUÇÃO | 10 |
| 1.2 Colonização e Povoamento | 10 |
| 1.2.1 O Início da Urbanização..... | 17 |
| CAPÍTULO II - UNIDADES GEOAMBIENTAIS, TIPOS DE USO ALTERAÇÕES AMBIENTAIS..... | 19 |
| 2.1 INTRODUÇÃO | 19 |
| 2.1.2 Unidades geoambientais, tipos de uso alterações ambientais | 20 |
| 2.1.3 Unidade geoambiental I | 21 |
| 2.1.4 Características gerais dos componentes da Unidade geoambiental I | 21 |
| 2.1.5 Complexos industriais (olaria, farinheira e usina de álcool) | 33 |
| 2.1.6 Culturas temporárias e permanentes | 38 |
| 2.1.7 Pecuária e Silvicultura (reflorestamento e cultivo agroflorestal) | 39 |
| 2.1.8 Piscicultura e Dragagem | 41 |
| 2.1.9 Descrição (Análise) das condições ambientais atual na Unidade Geoambiental I | 42 |
| 2.2 Unidade geoambiental II | 49 |
| 2.2.1 Uso da terra no Município de Lambari D'Oeste..... | 51 |
| 2.2.2 Alterações ambiental na Unidade Geoambiental II..... | 52 |
| CAPÍTULO III - INDICADORES SOCIOECONÔMICOS..... | 54 |
| 3.1 INTRODUÇÃO | 54 |
| 3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Lambari D'Oeste (IDHM) | 55 |
| 3.3 Produto Interno Bruto (PIB) de Lambari D'Oeste | 63 |
| 3.4 PIB per capita de Lambari D'Oeste | 65 |
| 3.5 Índice de Gini de Lambari D'Oeste | 66 |
| 3.6 Valor adicionado à pecuária no município de Lambari D'Oeste..... | 68 |
| 3.7 Valor adicionado a agricultura em Lambari D'Oeste | 70 |

| | |
|--|-----------|
| 3.8 Valor adicionado ao comércio em Lambari D'Oeste..... | 71 |
| 3.9 Emprego (pessoal ocupado e pessoal assalariado) em Lambari D'Oeste | 72 |
| 3.9.1 Renda média da população em Lambari D'Oeste..... | 75 |
| 3.9.2 Valores adicionados aos serviços em Lambari D'Oeste | 76 |
| CAPÍTULO IV - A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS FÍSICOS E OS SOCIOECONÔMICOS..... | 78 |
| 4.1 INTRODUÇÃO | 78 |
| 4.2 Ambiente e econômico | 78 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 81 |
| REFERÊNCIAS | 83 |
| SOBRE A AUTORA | 88 |

PREFÁCIO

A presente obra é fruto da dissertação de Cleidiane dos Santos Carvalho intitulada “Indicadores socioeconômicos e ambientais associados ao uso da terra no município de Lambari D’Oeste – MT”, defendida junto ao Programa de Pós-graduação em Geografia (PPGGeo), da Universidade do Estado de Mato Grosso (Unemat).

Os objetivos da pesquisa foram, no contexto geral, analisar como o desenvolvimento socioeconômico tem impactado o meio físico ambiental de Lambari D’Oeste e, especificamente, relatar o histórico de ocupação e colonização do Município; identificar as unidades geoambientais de Lambari D’Oeste, evidenciando as características ambientais (relevo, ocorrência geológica e tipos de solo), as formas de uso e ocupação e os impactos ambientais e correlacionar os aspectos ambientais e uso do solo com o desenvolvimento dos indicadores sociais; além de comparar, temporalmente, a evolução dos aspectos socioeconômicos do município como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita), Índice Gini, valor adicionado a pecuária, agricultura, comércio, emprego, renda e serviços.

É uma pesquisa de fôlego, pois rompe com a dicotomia entre Geografia Humana e Física ao trabalhar de forma integrada a relação sociedade e natureza, buscando analisar o espaço – objeto de estudo da Geografia – em sua totalidade, possibilitando uma análise geográfica completa do município em estudo.

Assim, ao apresentar a categoria “Paisagem” como núcleo central da dissertação, a autora fundamenta os problemas e impactos ambientais e o uso e degradação do solo em concomitância com o crescimento e desenvolvimento socioeconômico, bem como a importância do uso de indicadores na análise da evolução dos municípios.

Ao apresentar as unidades geoambientais e seus tipos de uso, associadas às atividades econômicas, com destaque para a indústria e a agropecuária, juntamente com os indicadores socioeconômicos, a autora consegue mostrar de forma clara a importância de se ter desenvolvimento econômico com preservação ambiental.

Esta obra, além de ser referência sobre os caminhos metodológicos para se realizar pesquisa em Geografia, abrangendo o físico e o humano, serve para se pensar as políticas públicas e ações governamentais que possibilitem melhorias para a população sem agredir o meio ambiente, não só em Lambari D’Oeste, mas em todos os municípios no contexto geral.

Meu agradecimento especial à professora Célia Alves de Souza por sua contribuição como coorientadora desta pesquisa.

Parabéns, Cleidiane!!!

Evaldo Ferreira
Orientador

APRESENTAÇÃO

Esta obra é o resultado da pesquisa de dissertação de mestrado desenvolvido no Programa de Pós-Graduação Stricto Senso em Geografia da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT. A pesquisa foi desenvolvida sob a orientação da professor Dr. Evaldo Ferreira e coorientação da professora Dra. Célia Alves de Souza. Sendo o livro estruturado em quatro capítulos.

O livro aborda as características do início da ocupação e colonização, condicionantes ambientais, formas de uso do solo, análise socioeconômicas bem como a dinâmica da economia e a questão das alterações ambientais no Município de Lambari D'Oeste-Mato Grosso.

O primeiro capítulo destaca o processo de início ocupação e colonização do município de Lambari D'Oeste, e o desfecho deste processo ao longo dos anos. O povoamento e formação de colônias surgem a partir do processo de interiorização realizado pelo Governo Federal que buscava explorar terras e espaços nunca ocupados no Mato Grosso e Norte do Brasil, contribuindo para o deslocamento de milhares de famílias. (SANTOS, 2004).

A Marcha para o Oeste foi um programa lançado pelo Governo Federal com apoio dos Governos Estaduais na década de 1940, que tinha por objetivo ocupar e desbravar áreas ainda não povoadas do Centro-Oeste, construindo estradas e colônias. Essas colônias instaladas se tornaram municípios décadas depois. (Galvão, 2013).

Mediante a ocupação de novas áreas podem surgir o início de grandes povoamentos:

O segundo capítulo evidencia as características ambientais (relevo, ocorrência geológica e tipos de solo), as formas de uso e ocupação e os impactos ambientais, associados ao uso do solo.

Nesse contexto, o autor Jurandir Ross (2004) aborda como se iniciou a exploração dos recursos naturais que resultaram nos impactos ambientais, onde segundo o mesmo, os ambientes naturais estavam em equilíbrio dinâmico até que as sociedades humanas passaram a interferir cada vez mais e intensamente e se apropriar dos recursos naturais e começaram a explorar em uma escala cada vez maior.

O terceiro capítulo trata-se de um estudo sobre o crescimento econômico desde a emancipação municipal e como vem se desdobrando, sendo demonstrados nos indicadores econômicos como PIB e PIB per capita. Além do desenvolvimento socioeconômico ao decorrer dos anos, sendo demonstrado por indicadores como: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), Produto Interno Bruto (PIB), Produto Interno Bruto per capita (PIB per capita), Índice Gini, valor adicionado a pecuária, agricultura, comércio, emprego, renda e serviços.

Apontando as representações dos indicadores sociais, Czimirski (2015) descreve que as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico que se diferenciam, certo que o crescimento é o aumento do PIB, ou seja, a elevação ou queda dos fatores que o PIB incorpora tais como: o consumo privado, os gastos do governo, investimento total da região estudada importação

e exportação. Enquanto o desenvolvimento econômico está relacionado a melhoria do bem-estar das pessoas.

O quarto capítulo analisa e destaca as múltiplas relações entre os aspectos físicos e os socioeconômicos.

O ambiente em que vivemos está em constantes transformações e interligações entre os condicionantes físicos e socioeconômicos de maneira que todas as fontes econômicas são advindas dos recursos naturais, visto que os ambientes funcionam em conjunto.

Dessa forma esta pesquisa buscou analisar e correlacionar os aspectos físicos, econômicos e sociais dando enfoque aos indicadores sociais que demonstram o crescimento econômico e desenvolvimento social de um lugar, sendo estes frutos dos tipos de uso presente no município, associados aos condicionantes ambientais presentes na localidade. O trabalho aborda as relações entre a sociedade e os recursos naturais dos quais ela dispõe e com os quais ela interage.

Com essas contribuições o livro visa demonstrar o crescimento econômico e desenvolvimento socioeconômico dos municípios de pequeno porte, além dos aspectos físicos e uso e ocupação visando o desenvolvimento e preservação do meio ambiente.

CAPÍTULO I

PROCESSO DE OCUPAÇÃO E COLONIZAÇÃO DE LAMBARI D'OESTE

1.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo refere-se ao relato do processo de ocupação, colonização e povoamento, bem como os desfechos desse processo ao longo dos anos no município de Lambari D'Oeste- Mato Grosso.

Colocando em tela diversos atores e fatores que favoreceram ou dificultaram o povoamento e a urbanização na região.

Deste modo o conceito de colonização é definido como toda atividade oficial ou particular, destinada a dar acesso a propriedade da terra e promover seu aproveitamento econômico mediante as atividades agrícolas, pecuárias e agroindústrias, através da divisão em lotes ou parcelas. (BARROZO, 2010).

Dessa forma, Galvão (2013a) aponta que a colonização é o povoamento com planejamento, seja ele público ou privado; uma das formas mais frequentes de direcionar os movimentos populacionais para regiões de fronteiras, ocupando áreas ainda não colonizadas. Sendo os programas de colonização realizados pelo governo estadual e federal os maiores responsáveis pela ocupação em massa da região, despertando assim interesse da população do litoral por áreas do interior do país.

Assim esses programas de colonização favoreceu a implantação de diversas vilas na região sudoeste de Mato Grosso, sendo formadas por pessoas de diversos estados brasileiros, buscando desbravar as terras e viver dela.

1.2 Colonização e Povoamento

Inicialmente o conceito de colonização ocupação é discutido com o intuito de descrever e associar as diferenças, além de apontar o momento que cada conceito ocorre.

Mediante aos conceitos atribuídos a colonização, no Brasil, esta estava estruturada na ideologia de ocupar áreas vazias que deveriam ser incorporadas ao mundo capitalista que até então não existia nessas grandes áreas. Galvão (2013) diz que o Governo Federal utilizou a migração no Brasil como estratégia para o povoamento e a exploração econômica de “novas terras”, com a finalidade de ocupar espaços que tinham pouca ou quase nenhuma densidade populacional no interior do país.

O povoamento e formação de colônias surgem a partir do processo de interiorização realizado pelo Governo Federal que buscava explorar terras e espaços nunca ocupados no Mato Grosso e Norte do Brasil, contribuindo para o deslocamento de milhares de famílias. (SANTOS, 2004).

A Marcha para o Oeste foi um programa lançado pelo Governo Federal com apoio dos Governos Estaduais na década de 1940, que tinha por objetivo ocupar e desbravar áreas ainda não povoadas do Centro-Oeste, construindo estradas e colônias. Essas colônias instaladas se tornaram municípios décadas depois. (Galvão, 2013).

Mediante a ocupação de novas áreas podem surgir o início de grandes povoamentos:

O início do povoamento na região que surgiu a partir da política Marcha para o Oeste, que embora tenha sido uma política governamental instituída pelo Estado Novo, a dimensão de seu ideário-terra-acessível continuou repercutindo no imaginário de contingentes populacionais migratórios nas décadas seguintes, a ideia de que a nação marchava em direção aos lugares “vazios” que teriam que ser ocupados, a partir de que surgem os migrantes do Sul e do Sudeste do País, também pensando em mudar de vida em um lugar novo. (LENHARO, 1976 apud SANTOS, 2004, p. 25).

Os programas de colonização não consideravam os povos que ali já residiam como as tribos indígenas, comunidades e povos tradicionais, pescadores, extrativistas, considerando que não faziam parte do sistema capitalista que estava sendo imposto, incentivando a população de outras regiões do Brasil a migrar (GALVÃO, 2013). Mas que, de certa forma, possibilitou o acesso à terra:

A colonização se apresentou como alternativa possível de acesso à terra, principalmente aos pequenos trabalhadores, porém, mais que isso e além da colonização no Brasil ter sido utilizada como estratégia governamental para o povoamento e exploração econômica de novas terras, sob responsabilidade oficial ou privada, definida em planejamento, em sua maioria, os projetos de colonização em Mato Grosso deram origem a municípios. O estado de Mato Grosso foi onde houve o maior número de projetos de colonização privada. (GALVÃO, 2013, p. 29).

De acordo com Barrozo (2010), dentre os projetos de expansão agrícola e povoamento do Centro-Oeste, a Marcha para o Oeste teve grande destaque e relevância, surgiu durante o governo de Getúlio Vargas e possibilitou o Governo Federal a incentivar a migração de milhares de famílias, visando ampliar as fronteiras agrícolas, de forma que assentava essa população nas colônias nacionais implantadas e localizadas em regiões de aberturas de novas fronteiras.

Dessa forma as colônias eram definidas como:

As Colônias Agrícolas Nacionais, a menina dos olhos de política de colonização do Estado Novo, foram planejadas de modo a se submeterem a uma administração centralizadas e permaneceram subordinadas direto ao Ministério da Agricultura. Estruturadas em pequenas propriedades, seus lotes deveriam ser distribuídos preferencialmente para trabalhadores brasileiros sem terras – um dos recursos pensados para resolver esse grave problema social. (JESUS, 2011, p. 24).

Desta maneira, o processo de ocupação e colonização de Lambari D'Oeste também se efetivou com o incentivo do Governo de Mato Grosso, a partir de 1940, que até então foi definido pelo Governo Federal, que tomou medidas para concretizar o povoamento, expandindo a fronteira agrícola através de um decreto que regularizou a colonização do Estado com a participação de

colonizadoras particulares, reservando terras devolutas para serem implantadas às colônias estaduais. (MOURA,1994).

Barrozo (2010) discute que:

Entre as empresas que adquiriram estas áreas muitas mantiveram estes latifúndios como reserva de valor, fazendo especulação fundiária com as mesmas, até o final da década de 1970, quando Mato Grosso passou a receber um intenso fluxo migratório, aumentando com isso a demanda por terras por parte dos migrantes e, conseqüentemente, valorizando significativamente o valor das terras. (BARROZO, 2010, p.13).

Assim, até 1972, foram implantadas 43 colônias estaduais, que em geral eram colônias com pequenas áreas territoriais, destacando a de Rio Branco com 200.000 hectares. (MOURA,1994).

Dentre os objetivos com as instalações das colônias Jesus (2011) destaca:

As colônias, foram uma política de Estado, ao qual o maior objetivo era a fixação do homem na terra, fazendo com que esses espaços desconhecidos e vazios fossem ocupados, e se tornassem centros consumidores, apoiando os pequenos produtores para produção de alimentos, a serem fornecidos para o Sudeste. (JESUS, 2011, p.27).

Em geral, as colônias não possuíam infraestrutura como estradas, escolas e hospitais, inviabilizando a expansão das comunidades e fixação das pessoas. As terras nem sempre eram férteis, mesmo para subsistência das famílias, causando deslocamento para outras áreas rurais e até mesmo para o meio urbano. (MOURA, 1994).

Segundo Moura (1994), a área que hoje é o Município de Lambari D'Oeste já era habitada antes mesmo da chegada das colônias implantadas pelo Governo do Estado e Federal, habitadas por indígenas que viviam nas proximidades das terras onde atualmente se localiza Rio Branco e a comunidade do Canãa, foram identificados pela presença de cerâmicas, supõe-se que pertencentes ao grupo indígena Cabaçais, que em geral viviam nas proximidades dos Rios Cabaçal, Vermelho e Branco e que, com a chegada dos exploradores de poaia e os caçadores de animais silvestres e, por conseguinte, posseiros, teriam se afastados, montando aldeamentos na região do Rio Jauru.

De modo que:

O Estado de Mato Grosso desde o século XIX possuía uma estrutura fundiária concentrada com grandes latifúndios, em contrapartida havia uma população pobre ocupando terras arrendadas ou por posse, trabalhando como agregados nas fazendas de gado, coleta do látex, extração da poaia e erva mate, sendo submetidos ao trabalho escravo por dívidas. E nas primeiras décadas do século XX trabalhando nas primeiras usinas de álcool instaladas no Estado. (BARROZO, 2010, p. 12).

As terras do sudoeste do Mato Grosso eram muito visadas pelo Governo do Estado para realização de propagandas sobre loteamentos de terras para uma possível colonização (COSTA, 1951 apud SANTOS, 2004). Desta forma ocorreram várias migrações:

Incentivado pelo governo os deslocamentos de famílias de diversas regiões do País para Mato Grosso. Fernando Corrêa da Costa em sua fala diz “A dispersão, a diluição de populações em grandes áreas, separadas por enormes distâncias, onde os meios de comunicação são deficientes, quase sempre implica no fracasso dos empreendimentos por elas levadas a efeito”. (COSTA, 1951 apud SANTOS, 2004, p. 30).

As áreas eram extensas, de acordo com Moura (1994) que destaca:

Até o início do século XX a área que abrangia grandes extensões desde a serra dos Parecis à confluência dos Rios Sepotuba e Cabaçal com o Rio Paraguai era pouco habitada com a presença de poaieiros, caçadores de animais silvestres e madeireiros, sem fixação de moradia. (MOURA, 1994, p. 20).

De acordo Moura (1994), a produção era escoada pelos afluentes do Rio Paraguai e levados à Corumbá para a comercialização nacional e internacional, rios que também serviam de via de circulação para os poaieiros, caçadores e madeireiros para chegar à região que era de difícil acesso.

A região foi percorrida por poaieiros a procura da poaia, planta nativa do local e que era muito requisitada por possuírem em suas raízes excelentes propriedades medicinais e ter grande valor no mercado consumidor. (FERREIRA, 1994).

Os poaieiros trabalharam até meados do século XX, fechando o ciclo de extração vegetal, mediante o fim da exploração e dos trabalhos os poaieiros deixam a região que passou anos com grande período sem a chegada de novos habitantes até a chegada de colonizadores, que ocorreu a partir de meados da década de 1940. (FERREIRA, 1994, p. 28 sic).

Dessa forma, o Governo do Estado de Mato Grosso incentivou a compra de terras:

Agindo no sentido de fomentar a colonização, iniciando vários núcleos de povoamento na região de Lambari D’Oeste, Rio Branco e Panorama emitindo títulos definitivos aos compradores das terras”. (FERREIRA, 1994, p. 30).

O Governo de Mato Grosso passou a atuar de forma mais direta na ocupação de áreas que abrangiam os Rios Sepotuba, Cabaçal e Jauru, visando promover o povoamento, através de vendas de terras a valores simbólicos nas regiões de Lambari, Canãa, Goiabeira e Panorama. Na época da ocupação foram as primeiras comunidades que surgiram, sendo que atualmente ainda possuem os mesmos nomes, mas com populações maiores do que a inicial. (MOURA, 1994).

Lambari, Canãa, Goiabeira e Panorama foram as primeiras comunidades ou glebas, assim eram conhecidas, que surgiram na época que importantes núcleos de povoadamentos e deslocamentos da população a partir da procura e posse das terras da região.

Com a solicitação das divisões de terras na região do atual Município de Lambari D'Oeste, que até então pertencia ao Município de Cáceres, foram constituídas algumas comunidades como Laginha, Campina e Barreirão, terras localizadas entre os Rios Cabaçal e Vermelho. Mesmo com o processo de divisões destas terras não houve um grande povoamento na região. (MOURA, 1994).

Na pequena área urbana do Panorama foi construído um ponto de pouso de aviões com administradores e eventuais compradores de terras, sendo responsáveis pela venda de terras às colonizadoras contratadas pelo Governo. (MOURA, 1994).

Segundo Morelli (2012), o maior fluxo em Lambari D'Oeste se iniciou na década de 1950, tendo como pioneiros reconhecidos pela história oficial, os membros das famílias Vitorazzi e Leite, ambos oriundos do Estado do Espírito Santo, região Sudeste do País, a procura por terras para desenvolver as suas lavouras, terra estas consideradas férteis.

E acreditando na busca da terra fácil e próspera que as famílias Vitorazzi, Targa, Leite e Fidélis vieram para a região em busca de terras maiores e mais baratas. Oriundas do Espírito Santo, chegaram por volta de 1950 se instalando às margens de um córrego. (FERREIRA, 2001, apud, SANTOS, 2004).

Segundo Santos (2004) foi com a chegada dos capixabas, paulistas paranaenses e mineiros, em 1950, que se iniciou o povoamento, que ficou por vários anos com poucas famílias residentes. Já nos anos de 1962 a 1964, começaram a chegar inúmeras famílias para morar na região. As colônias de migrantes foram aumentando, devido à chegada de novas famílias no local, passando a ser chamada gleba Cerejeira, que por anos foi conhecida. Alguns relatos da época demonstram a realidade:

Era muito difícil de chegar nesses locais mais distantes das cidades, pois as estradas eram precárias, demorava até dias para essas pessoas chegarem à região, pois existiam atoleiros, as estradas eram picadas na mata, feitas por alguns moradores que já habitavam nessa região bem antes, como a família Vitorazzi, Targa e Fidélis, entre outras famílias. (SANTOS, 2004, p.35).

Assim surgiu uma pequena comunidade:

A denominação Lambari surgiu a partir de 1956, através de Luiz Vitorazzi, um dos fundadores da localidade. Em tempos difíceis, de abertura da mata, derrubou uma árvore e localizou a existência de um córrego com grande quantidade de lambaris, pescou o máximo que pode e levou para casa alimentando sua família. Descreveu que na época havia grande escassez de mercadorias pela distância dos centros urbanos, assim toda alimentação era oriunda dos córregos ou plantadas pela família. (MORELLI, 2012, p. 27).

A área da atual Lambari D'Oeste por muito tempo ficou conhecida como gleba Cerejeira, sendo ocupada efetivamente na década de 1960, com a chegada de vários migrantes de Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo, ocorrendo grandes loteamentos de áreas rurais com terrenos médios de cinco a 15 hectares para cada um, sendo descrito como uma verdadeira reforma agrária. (FERREIRA, 1994).

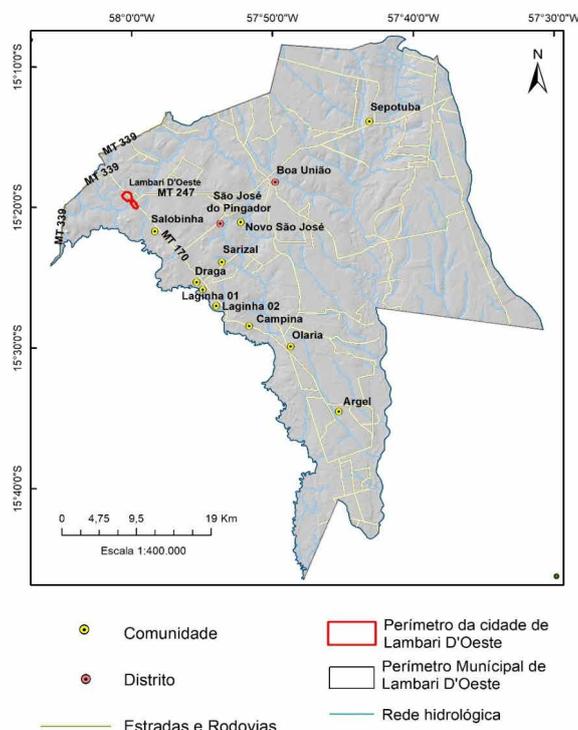
A partir dessa época, o pioneiro Sr. Vitorazzi denominou como Ribeirão Lambari o curso d'água, córrego que corta a cidade. Hoje, este mesmo córrego foi transformado em balneário na parte urbana, na área que se localiza a cidade, sendo fonte de água que abastece a população da zona urbana. (MORELLI 2012).

Morelli (2012) comenta que tempo depois a então colonizadora Rio Branco oficializou a denominação de córrego Lambari, incluindo-o nos mapas topográficos que caracterizavam esta porção territorial Oestina.

Na década de 1960 a família Fidélis adquiriu grande porção de terras na região da grande Canã e Saloba, abrangendo desde área de Lambari a ponte do Rio Cabaçal, sendo possível verificar área de pequenos lotes e povoadas e área ainda não ocupada, com matas fechadas. (MOURA, 1994).

Dessa forma destaca-se a importância de apresentar um mapa com as eventuais comunidades e distritos atuais do Município de Lambari D'Oeste para um melhor entendimento das formações das comunidades, conforme a figura 2.

Figura 2 - Área urbana, distritos e comunidades de Lambari D'Oeste



Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

A existência de terras desocupadas atraiu famílias de outras regiões, ocupando a gleba Boa União, na década de 1960, e gleba Canãa durante a década de 1980. As famílias se apossaram das terras ainda não desbravadas, abertas por densa floresta, passando a desmatar e ocupar. (MOURA,1994).

Em 1989 as glebas já estavam com cerca de 320 famílias de posseiros que formavam em torno 1600 pessoas. Pessoas dispostas a ocupar o lugar, começando as picadas e derrubada da mata, atuando em mutirões. Na medida em que chegavam os posseiros se uniram aos demais já ali presentes e formaram outros grupos de ocupantes que ocuparam outras áreas, formando as glebas Pingador, Novo São José, Laginha e Sarizal, passando a apossar de terras devolutas e inexploradas. (MOURA, 1994, p. 50).

Desta forma, toda área onde se localizava as glebas dominadas pelos posseiros, área adquirida pela família Fidélis e a área loteada chamada de gleba Cerejeira era pertencente ao Município de Rio Branco, do qual Lambari foi distrito por vários anos. (MOURA,1994).

A colônia Rio Branco foi transformada em distrito a 04 de abril de 1978, pela Lei nº 3.795, com territórios pertencentes a Cáceres. Três anos mais tarde, o próprio vilarejo de Lambari foi elevado à categoria de distrito, através da Lei nº 4.379, pertencendo a Rio Branco, já emancipado de Cáceres. (FERREIRA, 1994, p. 39).

Assim surgiu Lambari D'Oeste:

Por muitos anos a pequena área urbana onde hoje se localiza Lambari D'Oeste ficou conhecida como vilarejo Lambari, que em 20 de dezembro de 1991, através da Lei Estadual nº 5.914, foi criado o Município de Lambari D'Oeste sendo acrescentado o termo D'Oeste, para diferenciá-lo de outro município existente no Estado de Minas Gerais com o mesmo nome de Lambari. (MORELLI, 2012, p. 30).

1.2.1 O Início da Urbanização

O processo de surgimento e crescimento da grande maioria das áreas urbanas de Mato Grosso:

Avança a partir da década de 1970, e está relacionada ao intenso fluxo migratório de outras regiões do Brasil, visto que migraram e ocuparam áreas rurais, cuja atividade principal é agrícola, com isso, ocorre o surgimento e expansão de pequenos núcleos urbanos, as vilas ou distritos que mais tarde foram transformadas em pequenas cidades, os municípios mato-grossenses. (AZEVEDO, 2005, p.19).

Em Mato Grosso, muitos núcleos são constituídos a partir deste momento:

De apenas 38 municípios – quando da divisão do Estado em 1977 – salta para 53 no final desta década e, no encerramento de 1980, já são 96 municípios. No último censo de 2000 são catalogados 141 municípios. Considera-se que a uniformização de “cidade” e “vila” como espaços urbanos, sem considerar seus aspectos estruturais

ou funcionais, tem se apresentado como situações responsáveis pelas emancipações indiscriminadas que acontecem no território brasileiro. Essa situação reflete, entre outras coisas, um processo de fragmentação do território por interesses políticos – divisão de poder – ou mesmo por interesses empresariais, conseguindo, assim, autonomia para administrar determinada porção do território. (AZEVEDO, 2005, p. 37).

De certa forma algumas cidades foram resultados de núcleos de colonização, que registram os mais altos índices de crescimento populacional e econômico, que favoreceram o povoamento e desenvolvimento local. (AZEVEDO, 2005).

Segundo Lambari D'Oeste (2015) a história do surgimento e crescimento populacional da cidade de Lambari D'Oeste está vinculada a ocupação populacional, ocorrida na região Sudoeste do Estado de Mato Grosso, mas, principalmente nos anos de 1980, com a pavimentação da BR-174 que interliga aquela região aos Estados de Rondônia, Acre e Amazonas e ao restante do País e possibilitaram o fluxo de migrantes e mercadorias de outros lugares distantes.

Quanto ao surgimento da área urbana descreve que:

A área urbana surge com poucas casas, poucas ruas, alguns comércios, começando a se expandir a partir das obras da BR-174 realizadas na década de 1980, o que facilitou a ligação com outras cidades vizinhas e também a vinda de mais pessoas para a região. Com a implantação de escolas, posto de saúde, comércio que, no entanto, só existiam no Município de Rio Branco que houve crescimento do número da população. (LAMBARI D'OESTE 2015, p.15).

Desta forma, o crescimento urbano favoreceu a emancipação do mesmo:

Lambari D'Oeste saiu da condição de vilarejo a partir da Lei Estadual n°. 4.379, de 06 de novembro de 1981, jurisdicionado pela comarca de Cáceres, pertencente ao Município de Rio Branco. A partir da Lei Estadual n° 5.914, de 20 de dezembro 1991, de autoria do então Deputado José Esteves de Lacerda, emancipou e passou a chamar-se Lambari D'Oeste, ocasião em que passou a ter autonomia política, administrativa e financeira. A instalação oficial dos poderes legislativo e executivo aconteceu em 1° de janeiro de 1993, através do voto direto e com posse dos vereadores, e do 1° prefeito o Sr. Carlos Batista da Silva. (LAMBARI D'OESTE, 2015, p.17).

A respeito do desmembramento territorial, Ferreira (2014) discute sobre as vantagens e desvantagens das emancipações municipais, apontando o caso de Lambari D'Oeste que, ao se desmembrar de Rio Branco, ficou com extensão territorial duas vezes maior do que aquele, além de sua principal fonte de arrecadação municipal: a Destilaria COOPERB (Cooperativa Agrícola de Produtores de Cana de Rio Branco). Nesse caso houve vantagens para o município que emancipou a respeito da renda gerada na área territorial maior e desvantagens para o emancipador que perdeu área territorial e produção, diminuindo sua renda e o número de contribuintes.

Assim as grandes propriedades e empreendimentos acabam interferindo na produção dos espaços urbanos, sendo que atraem grande contingente de trabalhadores, visto que em Mato Grosso os casos de fluxos migratórios em busca de trabalho são bem expressivos. (AZEVEDO, 2005).

Concordando, Carvalho (2016) cita o exemplo relacionando ao empreendimento e crescimento dos centros urbanos, destacando que Lambari D'Oeste se emancipou, e já possuía população de 5.480 habitantes e com estrutura urbana bem diversificada. O número de habitantes está relacionado à implantação de uma agroindústria produtora de álcool (COOPERB), instalada no Município de Rio Branco, mas com a emancipação de Lambari D'Oeste a área da indústria passou a pertencer. Até então seria o primeiro grande empreendimento, a partir deste momento geraram-se muitas vagas de trabalho na área de produção, administração e corte, necessitando de muita mão de obra, principalmente para o corte da cana, nesse contexto a empresa fretava vários ônibus para buscar os trabalhadores no Nordeste do Brasil.

Desta maneira houve grande fluxo de pessoas no município, que inicialmente ficavam durante a safra da cana que duravam seis meses, moravam em alojamentos instalados pela empresa e voltavam todo o ano aos seus Estados de origem. Com o passar dos anos, foram se adaptando ao local, fazendo sua residência, e passaram a buscar suas famílias, se instalando na área urbana do município, contribuindo para a maior aglomeração de casas e da população. (CARVALHO, 2016).

Mas com o desenvolvimento tecnológico 90% da produção passou a ser mecanizada, mas nem sempre foi assim, antes da chegada das máquinas colheitadeiras de cana todo o trabalho de corte era realizado manualmente pelos trabalhadores que em sua maioria eram de outros Estados, que vinham durante o período da safra atraídos pelo emprego, desta forma, a maioria ao vir trabalhar acabaram residindo efetivamente no município.

Mas com a chegada das colheitadeiras gerou grande índice de desemprego. Dessa maneira a grande parte acabou tendo que voltar as suas origens. Atualmente é realizada 10% da produção de forma manual, principalmente na área do corte em áreas íngremes, com pedras ou brejosas.

Desse modo a chegada da tecnologia gerou desemprego, e a população acabou tendo que trabalhar como autônomos ou em outras formas de emprego do município. Além da empresa produtora de álcool a população local trabalha nos comércios, como funcionários públicos, empresa de reflorestamento, em fazenda de gado leiteiro, olarias, sitiantes que vivem da venda do leite, etc. Já que o município não fornece outros meios de produção e emprego.

CAPÍTULO II

UNIDADES GEOAMBIENTAIS, TIPOS DE USO ALTERAÇÕES AMBIENTAIS

2.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo busca identificar as características das unidades geoambientais, tipos de uso do solo e possíveis alterações ambientais relevantes, incorporando aspectos físicos e humanos no processo de uso do solo, evidenciando seus efeitos nocivos para o meio ambiente.

No Brasil, estes estudos têm sido executados através de mapeamentos sistemáticos no campo da geomorfologia. Os procedimentos técnicos operacionais, a partir da identificação visual dos diversos padrões de formas semelhantes, considerando os aspectos de rugosidade topográfica e padrões de dissecação do relevo.

O Município de Lambari D'Oeste dividiu-se em unidade geoambiental I e II, Depressão do Alto Paraguai e Planície e Pantanaís Mato-grossenses conforme a geomorfologia do município, levando em consideração os aspectos geomorfológicos disponibilizados pelo IBGE, Depressão do alto Paraguai e Planície Fluvial.

Várias pesquisas usam as formas que o terreno apresenta como critérios de estudo de paisagem, Bourne (1931 apud LOLLO, 1996) apresenta o princípio da similaridade dos elementos da paisagem para estudos regionais. A partir da década de 1950 ocorreu um avanço significativo nas pesquisas ambientais, tendo como base os aspectos geomorfológicos.

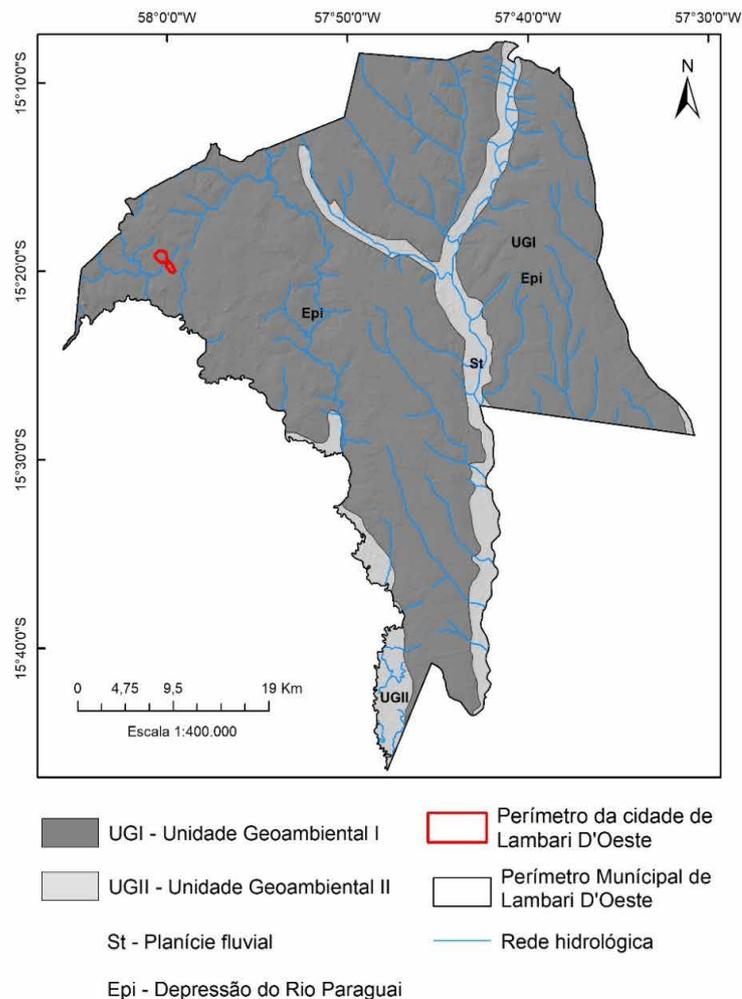
De acordo com Lollo (1996), o terreno pode ser avaliado de duas maneiras: pelo enfoque da paisagem (landscape approach) e pelo enfoque paramétrico (parametric approach). O enfoque da paisagem consiste na delimitação de diferentes feições do terreno, baseada num conjunto de observações fotointerpretativas e de campo, promovendo o zoneamento de áreas consideradas semelhantes ou que apresentam um grau de heterogeneidade mínimo.

Em alguns estudos foram usados essa proposição para definir as unidades geoambientais, como Ross (1992), no campo da geomorfologia, que estabelece categorias de tamanho, idade, gênese e forma, trabalhando com a identificação e cartografia de unidades distintas. Santos e Aquino (2015) usa a abordagem integrada em estudo no Estado do Piauí, considerando os aspectos topomorfológicos. Magalhães e Silva (2010) apresentam oito unidades geoambientais no Ceará, tendo como base de delimitação a geomorfologia. Trentin e Robaina (2005) realizam discussões sobre mapeamento teórico Geoambiental.

2.1.2 Unidades geoambientais, tipos de uso alterações ambientais

Na área territorial de Lambari D'Oeste delimitou-se em duas unidades geoambientais. A unidade geoambiental I (UGI) está inserida na Depressão do Alto Paraguai com 1.566,48 km² e a unidade geoambiental II (UGII), com 210,38 km². Nessas unidades registraram diversas ocorrências geológicas e pedológicas, com uso do solo diversificado conforme a figura 3.

Figura 3 - Unidades geoambientais de Lambari D'Oeste-MT



Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

Os componentes geoambientais são as condições geológicas-geomorfológicas, climáticas, os tipos de solo, a ocorrência de vegetação e a atividade humana e os impactos associados. O quadro 5 apresenta uma síntese dos condicionantes ambientais presente no município.

Quadro 5 - Síntese das unidades ambientais

| Unidades Geoambiental | Embasamento Geológico | Tipos de solos | Formas de uso | Degradação |
|-------------------------|---|---|---|---|
| Unidade Geoambiental I | Formação Araras Formação Pantanal Formação Vale da Promissão Suíte intrusiva do Guapé - Grupo Rio Branco | - NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico típico; - - ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico; - NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órticoléptico; - LATOSSOLO VERMELHO Distrófico argissólico, | - Áreas urbanas - Culturas temporárias e permanentes - Pastagens - Indústrias (Usinas, farinha e olaria); - Pisciculturas - Mata ciliar - Comunidades - Pesqueiros | - Desmatamento - Aterramento de cursos de água; - Represamento de nascentes e córregos - Processos erosivos - Assoreamento dos rios. Lançamentos de esgotos e dejetos nos córregos |
| Unidade Geoambiental II | Aluviões atuais Formação Sepotuba Formação Pantanal | GLEISSOLOS Háplico Alumínio típico NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órticoléptico | Mata ciliar Comunidades Pastagens Pesqueiros | -Desmatamento -Processos erosivos -Assoreamento dos rios. |

Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

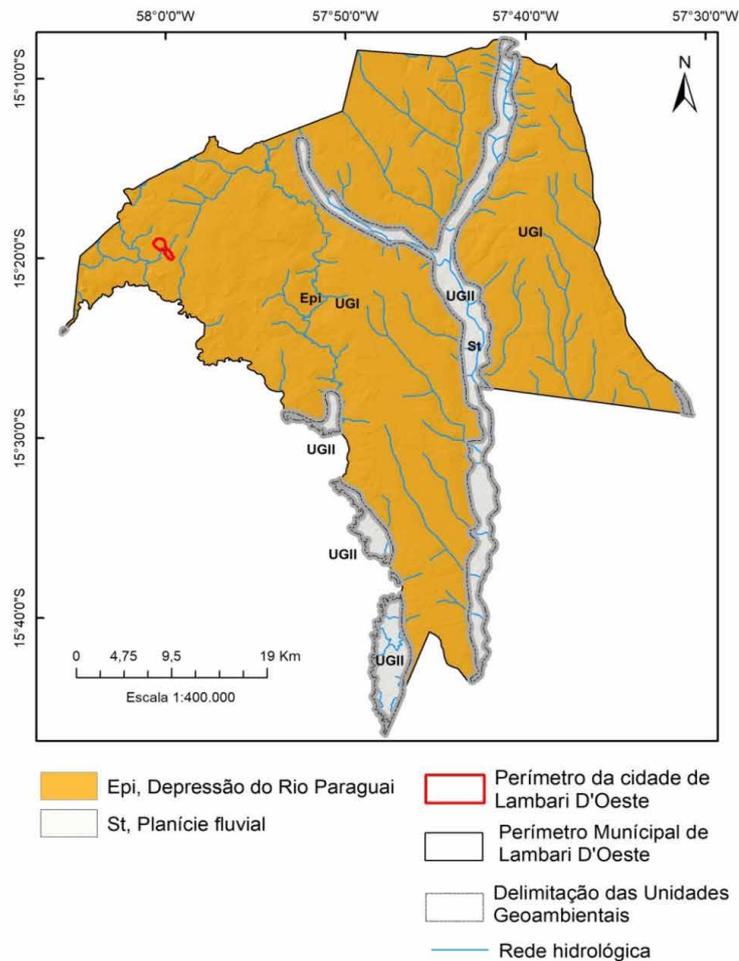
2.1.3 Unidade geoambiental I

A Unidade Geoambiental I encontra-se na Depressão do Alto Paraguai superfície de relevo de pouca inclinação com pequeno caimento topográfico de norte a sul, com altitude variando de 120 a 300 m. Possuindo embasamento geológico formado pelo Grupo Aguapé (Vale da Promissão), Grupo Alto Paraguai (Formação Araras), Grupo Rio Branco e Formação Pantanal. Registra a ocorrências dos solos como: NEOSSOLO QUARTZARÊNICO **Órtico típico**; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órticoléptico e LATOSSOLO VERMELHO Distrófico argissólico. A presente unidade geoambiental possui área de 1566,48 km², abrangendo 88,16% do município.

2.1.4 Características gerais dos componentes da Unidade geoambiental I

A Depressão do Alto Paraguai corresponde a extensas áreas rebaixadas e drenadas pelos afluentes do Rio Paraguai, o tipo de relevo está associado à acumulação marinha. Corresponde à superfície de relevo pouco dissecado com pequeno caimento topográfico de norte a sul, apresentando-se rampeada em sua seção Oeste, geralmente associado a sedimentos finos, encontrados no Pantanal. A altimetria oscila entre 120 e 300 m. (BRASIL, 1982) (Figura 4).

Figura 4 - Características geomorfológicas da Unidade Geoambiental I no Município de Lambari D'Oeste-MT

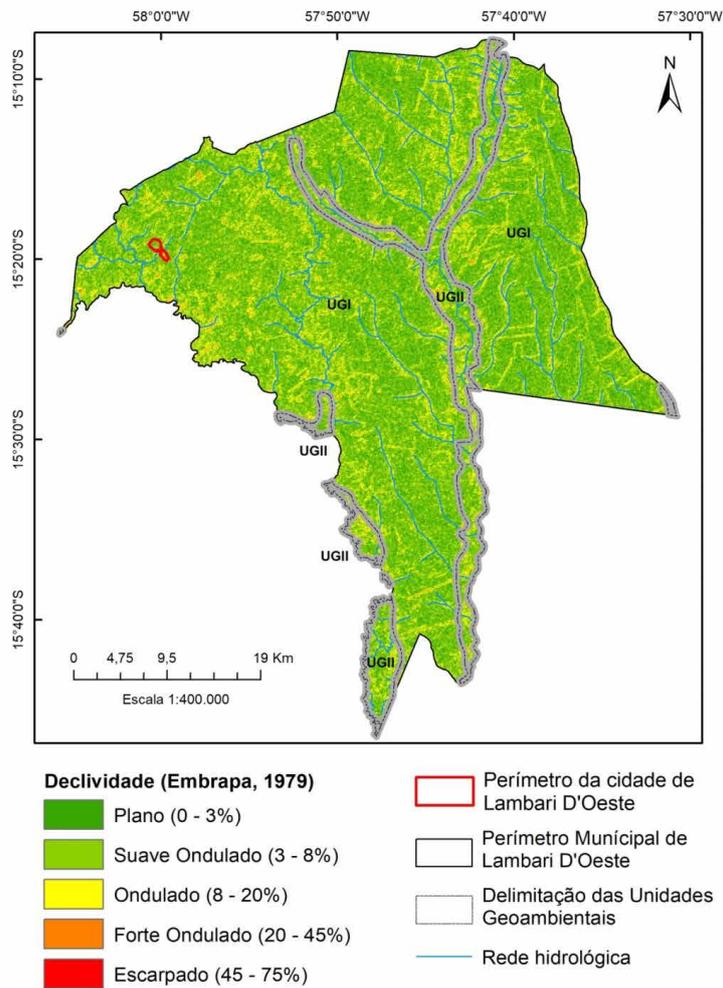


Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

As formas de topos tabulares são feições de rampas suavemente inclinadas e lombadas, geralmente são esculpidas em coberturas sedimentares inconsolidados e rochas metamórficas. São, em geral, definidas por rede de drenagem de baixa densidade, com vales rasos, apresentando vertentes de pequena declividade. Resultam da instauração de processos de dissecação, atuando sobre uma superfície aplanada. (IBGE, 2009).

A partir do mapa de declividade pode-se notar que há predominância de relevos planos e ondulados. O município está localizado nas depressões e planícies e pantanais. Área plana corresponde a 504,82 km², o relevo suave ondulado abrange 929,83 km², o relevo com características ondulado corresponde a 311,63km², o forte ondulado abrange 11,14 km² e a escarpado é menor, com 0,02 km², conforme (Figura 5).

Figura 5 - Características de declividade no município de Lambari D'Oeste-MT

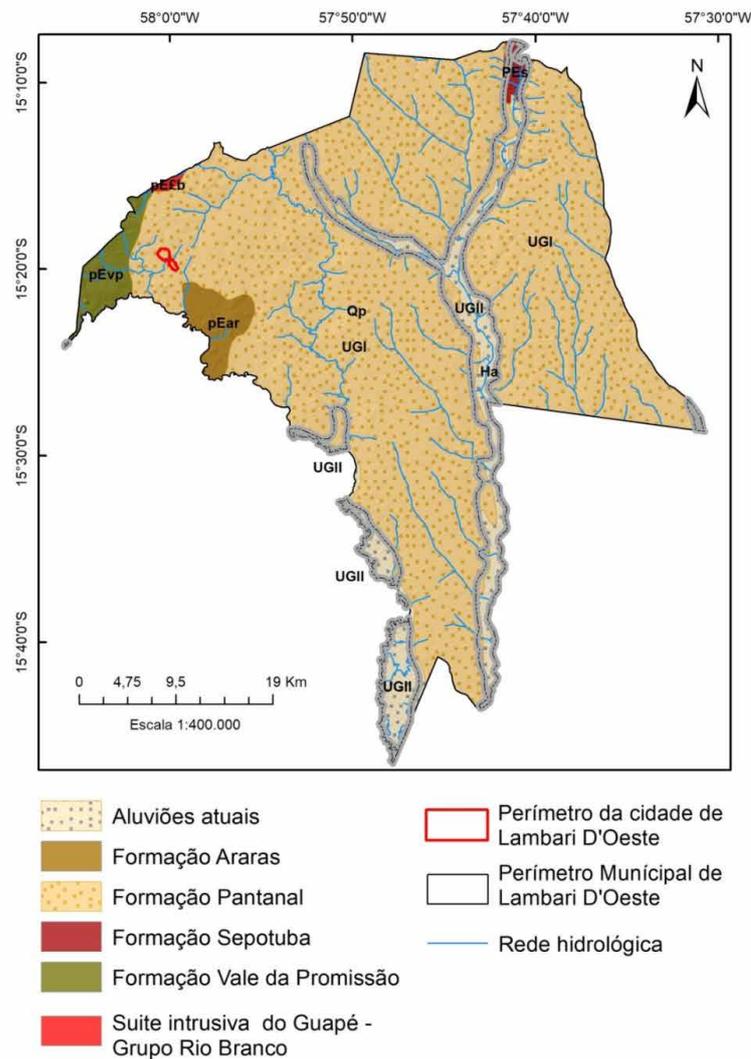


Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

No Município de Lambari D'Oeste destaca-se o relevo plano, suave ondulado e em alguns trechos ondulados, contribuindo para o acesso fácil e os usos diversificados, possibilitando o uso de quase 100% do município, restringindo somente as áreas de planícies alagadas. Mesmo assim, algumas áreas de preservação permanentes, nas proximidades dos rios são usadas com atividade pecuária.

Nesta unidade a geologia é composta pelos Grupos: Aguapeí (Vale da Promissão), Alto Paraguai (Formação Araras), Rio Branco e Formação Pantanal, conforme (Figura 6).

Figura 6 - Ocorrência geológica município de Lambari D'Oeste-MT



Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

A Formação Araras é rica em estruturas constituídas por rochas de origem primárias e secundárias, sendo caracterizadas de origem primária por destacar as estratificações que são comuns os litótipos presentes na parte inferior, nos calcários e na secundárias aparecem os estilólitos, geodos e dusa. (BRASIL,1982).

A Formação Araras encontra na porção noroeste no Município de Lambari D'Oeste, próximo da confluência dos Rios Branco e Cabaçal e abrange de 37,44 km². De acordo com a (SEPLAN, 2001), predominam sedimentos carbonáticos calcíferos e pelíticos na base e dolomitos no topo, finas intercalações de sillito e folhelhos. A sedimentação do Grupo Araras é basicamente química, ocorrendo na porção pericratônica e nas partes distais, sedimentos pelíticos químicos da Fácies Guia. (ROSA, 2008).

A Formação Vale da Promissão exibe um contato transicional interdigitado com a unidade sotoposta e compreende uma sequência dominada por metargilitos e metassiltitos e raros metarenitos depositados provavelmente em um ambiente marinho profundo. Espessa sequência fluvial é definida por um pacote de arenitos finos quartzosos com intercalações subordinadas de conglomerados oligomíticos quartzosos da Formação Morro Cristalino, que constitui o topo da sequência. (RUIZ, 2005).

A Formação Vale da Promissão é encontrada na porção sul do Lambari D'Oeste, antes da confluência Rios Branco e Cabaçal e abrange de 38,66 km² no município. Segundo Oliveira (2017) esse tipo de formação é responsável pela constituição do segundo patamar da serra do Roncador, remota do Pré-Cambriano Superior. É formada essencialmente por uma sequência predominantemente pelítica, constituída por metassiltitos, filitos, ardósias e secundariamente intercalações de psamíticos finos.

A formação encontra-se limitada a oeste pela Serra do Roncador, a leste pela Serra de Rio Branco, ao sul pelos sedimentos da Formação Pantanal e, ao norte, pela Chapada dos Parecis. (SEPLAN, 2000).

No entanto apresenta-se com metassiltitos de cor cinza e marrom, ocorrendo para o topo intercalações de bancos de quartzitos de granulação média a fina, de cor amarelada, que são responsáveis por pequenas cachoeiras. A atitude dos estratos é sub-horizontal. (SEPLAN, 2000).

A Formação Vale da Promissão é pertencente ao Grupo Aguapeí que possui uma espessa cobertura siliciclástica depositada sobre as unidades descritas e tem sua principal área de ocorrência nas serras de Monte Cristo e Roncador, na região de Rio Branco, Salto do Céu e Lambari D'Oeste. (Ruiz, 2005).

Suíte intrusiva de Guapé - Grupo Rio Branco as rochas máficas plutônicas da Suíte Rio Branco situam-se nas bordas da intrusão e são caracterizadas petrograficamente por litotipos meso a melanocráticos, de cor cinza esverdeada a negra, equigranulares médias a grossas, estrutura maciça e composição gábrica. (RUIZ, 2005).

A formação geológica é encontrada na porção norte do município, possuindo área de abrangência de 2,98 km², considerada a menor. De acordo com a (SEPLAN, 2001) o Grupo Serra do Rio Branco é constituído por rochas básicas e ácidas, riodacitos, granitos pórfiros, andesitos, dacitos e básicas.

A Suíte Intrusiva Guapé do Rio Branco é caracterizada principalmente por diques que ocorrem na borda oeste do batólito de direção aproximadamente N-S, principalmente entre Rio Branco e Salto do Céu (ARAÚJO, 2008). Esse tipo de Suíte se encontra recoberto pelas rochas encaixantes epimetamórficas do Grupo Aguapeí e é o conjunto ácido dominante do batólito que são caracterizados petrograficamente por litótipos mesocráticos, de cor cinza a negra, equigranulares de granulação fina a média às vezes porfirítica, exibindo estrutura maciça e constituída por microgabros a diabásios, monzogabros e quartzo-monzonitos a quartzo-dioritos. Ocorrem em afloramentos de cortes de estrada nos contrafortes do batólito ou em matacões principalmente nestas áreas.

De acordo com Oliveira (2017), o conjunto de serras do Grupo Rio Branco encontra-se na porção leste do interflúvio, fazendo o papel de divisor d'água.

A Formação Pantanal abrange 1535,85 km², totalizando 86,44% da área municipal. Segundo Oliveira (2017) a Formação Pantanal se originou no período Quaternário, essa formação possui basicamente em sua constituição depósitos de areias e argilas recentes. Sobrepõem-se as rochas dos grupos: Aguapeí e Rio Branco, com relevo plano e as baixas altitudes limitam a formação de canais de drenagem, assim é reduzida a quantidade de afluentes.

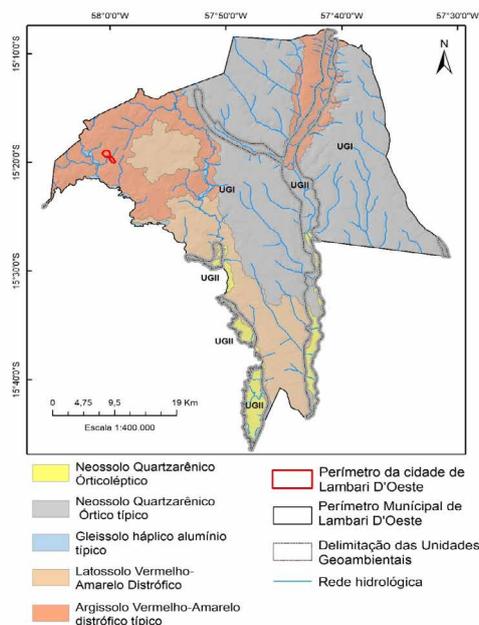
É composta por materiais semi-consolidados e inconsolidados, constituídos basicamente por sedimentos de textura argilosa e intercalações com textura mais grosseira (arenosos, síltico-argilosos, argilo-arenosos e areno-conglomeráticos). (SOUZA et al. 2013).

Para Souza et al. (2018), a Formação Pantanal é constituída de sedimentos finos a grosseiros semi-consolidados, depositados na planície aluvial do pantanal. A Formação Pantanal se apresenta em manchas isoladas na porção centro/setentrional.

A deposição dos sedimentos da Formação Pantanal é decorrente de processos agradacionais formados por leques fluviais, que se sucederam por vários ciclos, constituindo, no final, uma cobertura sedimentar extremamente homogênea, resultado da coalescência de diversos leques menores. (SEPLAN, 2000).

A Unidade I registra-se as seguintes classes de solos, sendo: NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órtico Típico; ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico Típico; NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órticoléptico; LATOSSOLO VERMELHO Distrófico Argissólico, GLEISSOLOS HÁPLICO Alumínio Típico, conforme (Figura 7).

Figura 7 - Ocorrência de solos no Município de Lambari D'Oeste-MT



Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

NEOSSOLO QARTZARÊNICO Órtico típico ocorre nas porções nordeste, leste e sudeste do município, nas mediações de Boa União e abrange 951,93 km². Diante da grande quantidade de areia o solo não possui diversificados tipos de uso, sendo possível o aproveitamento com pastagens em regime extensivo e de confinamento, contendo grande parte de suas vegetações nativas preservada por motivos de poucas condições de uso que o solo oferece.

Segundo Santos et al. (2014) os Neossolos são solos pouco evoluídos, que não possuem horizonte B diagnóstico definido. São solos em formação devido aos processos pedogenéticos ou por características inerentes do material de origem. Tem como critério a insuficiência de elementos que possibilite analisar os diversos processos de formação. Possui horizonte A seguido de C ou R, e tem predomínio das características herdadas do material de origem. NEOSSOLOS QUARTZARÊNICOS têm como característica não possuir contato lítico nos primeiros 50 cm de profundidade, o horizonte A tem como sequência o horizonte C e possuem textura areia ou areia franca em todos os horizontes pelo menos até os primeiros 150 cm. Segundo as informações levantadas pelo projeto RADAMBRASIL (1982) o solo tem baixa capacidade de retenção de umidade, intensa lixiviação e com teores de até 90% de areia se torna inviáveis ao uso da agricultura, sendo possível o reaproveitamento através da pecuária extensiva com o aproveitamento das formações vegetais presentes.

ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico Típico são caracterizados por solos minerais não hidromórficos, apresentando horizonte B textural, e com horizonte superficial A moderado. Possui saturação de base superior a 50% de iluviação da argila evidenciada pela alta relação textural e recobrimento de filmes de material coloidal nas superfícies de contato das unidades estruturais. (BRASIL, 1982). Dessa forma a maior concentração de plantação, colheita de cana-de-açúcar, soja e milho estão localizadas na região. O ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico abrange as porções noroeste, oeste e norte, ocupando, área de 394,59 km² no município, sendo encontrando em trechos das três principais bacias hidrográficas, do Rio Branco, na porção sul até sua foz, Rio Cabaçal, das mediações da grande Canãa, sendo contínuo à comunidade Boa União, onde se limita com o Rio Vermelho. São solos pouco profundos, possuindo boas reservas nutritivas com baixos valores de saturação de base, o alumínio trocável é inferior a umidade e saturação. Dessa forma não possui grande fertilidade, sendo recomendando ao uso da pecuária. O solo derivados do pré-cambriano e da suíte Rio Branco possuem favorecimentos por estarem localizados em regiões de relevo suave ondulado, climas e temperaturas favoráveis as impermeabilizações são indicadas para a produção de vários gêneros agropecuários. (BRASIL, 1982).

De acordo com Brasil (1982) o tipo de solo possui cor avermelhada ou roxa, apresentando relevo que condiciona a mecanização agrícola para plantio e colheita. A cor presente no solo está diretamente ligada a presença de calcário Formação Araras. Dessa forma o solo pode desenvolver dois tipos de vegetações dependendo do grau de inclinação, nas áreas de maior altitude é encontrada a savana, nas áreas planas as formações de florestas. Mediante ao favorecimento do ambiente torna-se a área produtiva e com uso diversificado, sobretudo na produção agrícola e mecanização, é possível identificar plantação e colheita de cana-de-açúcar, a pecuária extensiva, pecuária em

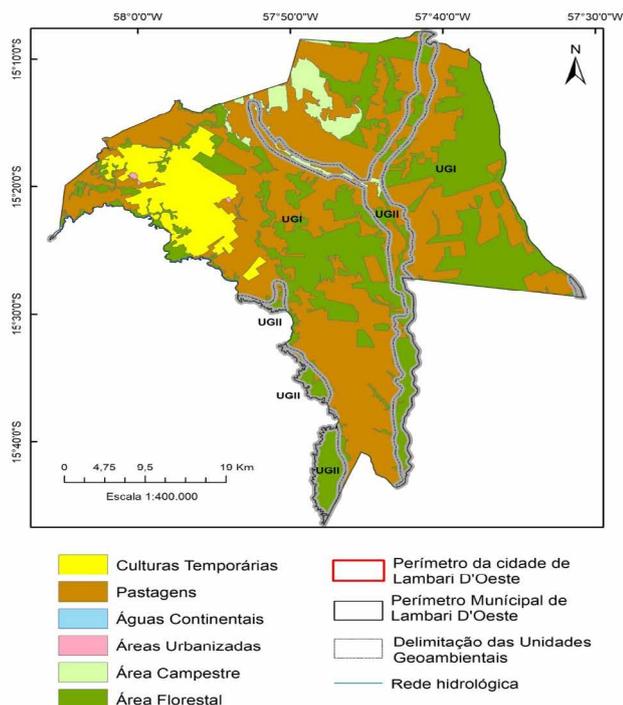
confinamentos, soja, milho, madeiras de reflorestamento, povoamentos (comunidades), área urbana, indústria e agricultura familiar.

NEOSSOLO QUARTZARÊNICO Órticoléptico é o tipo de solo definido como profundos a muito profundos de pouco desenvolvimento estrutural, possuindo intensa lixiviação de bases, baixa capacidade de armazenamento de umidade. Devido a sua composição mineralógica composta de textura de areia torna-se muito suscetível a erosão (CUSTÓDIO et al. 2009). Se desenvolve em áreas de relevo plano, desta forma é encontrado na porção sul do Município de Lambari D'Oeste, com ocorrência de 92,06 km², entre as bacias do Rio Cabaçal e Sepotuba, solo que margeia grande parte destas bacias deste a porção sul até a foz com o Rio Paraguai. Sendo que a geomorfologia da área é constituída por relevos planos e rebaixados pela Depressão do Rio Paraguai e Planícies e Pantanaís Mato-Grossense. O solo é composto por argila de atividade baixa, textura predominante arenosa e granulometria fina e média. Assim o uso do solo se restringe, delimitando a poucas formas de culturas, sendo possível desenvolver pastagens para a pecuária, exploração de madeira e o restrito uso na produção agrícola. (BRASIL,1982).

Já LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO distrófico é constituído por material mineral, com horizonte B latossólico, sendo considerado abaixo dos tipos de horizonte superficial, São solos em avançado estágio de intemperização, muito evoluídos. São totalmente desprovidos de minerais primários ou secundários menos resistentes ao intemperismo. (JACOMINE, 2009). Desta maneira são solos providos de argila de atividade baixa, textura média e áreas quartzosas distróficas. No entanto pode ser encontrado em regiões que possuem relevo plano e suavemente ondulado. (BRASIL, 1982). Este tipo de solo é representativo no Município de Lambari D'Oeste, ocorre em 326,28 km², nas áreas centrais sul, presente nas mediações de Canãa, abrangendo toda a área de divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Cabaçal e Sepotuba, em relevo plano e suavemente ondulado.

Na Unidade Geoambiental I (UGI) foram diagnosticados vários tipos de uso da terra: áreas urbanizadas (cidades, vilas, distritos e povoados) e complexos industriais (olaria, farinheira e usina de álcool); culturas temporárias (hortícolas, frutíferas, cana-de-açúcar e oleaginosas), culturas permanentes (pomares) pastagens e silvicultura (reflorestamento e cultivo agroflorestal) e área florestal (extrativismo vegetal em área de floresta) conforme (Figura 8).

Figura 8 - Uso do solo na Unidade Geoambiental I, em Lambari D'Oeste-MT



Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

A maior parte do Município de Lambari D'Oeste encontra-se na unidade Geoambiental I (UGI). O município é considerado de pequeno porte com estimativas de 6.080 habitantes de acordo com o IBGE, desse total cerca de 3.500 residem na área urbana e os demais na zona rural. A área urbana é dividida em sete bairros, com a maioria pavimentada e com drenagens pluviais. Sendo que dos totais de bairros três deles são COHAB que são companhia de habitação popular que são de responsabilidades dos governos municipais. (Figura 8).

Dentre as configurações da cidade está o córrego Lambari, que percorre uma parte do seu trecho pela área urbana e atualmente foi canalizado e adaptado para o lazer como caminhadas e festival de pesca municipal, e além de ser usado para a criação de peixes conforme (Figura 9).

Figura 9 - Balneário na sede de Lambari D'Oeste



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Quanto a praça central da sede municipal é bem arborizada e ampla, funciona como espaço de lazer, pontos de vendas e durante alguns momentos do ano faz parte de eventos culturais da cidade, como carnaval e Lambari Fest. A figura 10 representa a praça central de Lambari D'Oeste.

Figura 10 - Praça central de Lambari D'Oeste



Foto: Lambari D'Oeste (2018)

Além da área urbana principal o Município de Lambari D'Oeste é composto de pequenos núcleos de povoamento distritos: Boa União e São José do Pingador. O distrito de Boa União está localizado 18 a km da sede municipal, possuindo escola de Ensino Fundamental, posto de saúde com atendimento duas vezes por semana, bares, campos de futebol e sinal de celular. Além de outros serviços que são oferecidos na sede do município. Conforme (Figura 11).

Figura 11 - Distrito de Boa União



Cleidiane dos Santos Carvalho

Quanto ao distrito de São José do Pingador (Figura12) está localizado 15 km da sede municipal, possuindo melhores estruturas, como ruas asfaltadas, tratamento de água, igreja, parque municipal, escola de Ensino Fundamental, campo de futebol, quadra poliesportiva, bares, mercados,

sorveteria, posto de saúde, sinal de celular, entre outros tipos de comércio e serviços. Ressaltando que alguns serviços ficam dependentes da sede do município.

Figura 12 - Distrito de São José do Pingador



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Além dos distritos citados, no município há presença de diversas comunidades que estão localizadas por diferentes áreas do município como: Saloba, Canãa (vila do Quincas), Sarizal, Novo São José, Laginha I, Laginha II, Campina, Olaria I, Olaria II, Argeu, Sepotuba e Draga.

Quanto essas comunidades são em geral constituídas por sítiantes ou pequenas vilas. Sendo que a comunidade da Saloba é a mais próxima da sede do município, cerca de três quilômetros, localizada nas margens da MT-170, a comunidade composta por 15 famílias, as residências são próximas, vivem em casas próprias com energia elétrica e água encanada de poços, os membros das famílias geralmente trabalham na COOPERB.

Já a comunidade Vila do Quincas se iniciou nos anos de 2000 e faz parte da Grande Canãa, surgiu por meio de um loteamento realizado pelo senhor Quincas e senhora Adalice, que venderam parte de sua propriedade aos migrantes que vieram para trabalhar na COOPERB, na atualidade vivem vinte famílias, a vila possui iluminação pública, posto artesiano e água encanada.

Quanto a comunidade Sarizal, é constituída por sítiantes, com posse de 10 a 15 hectares, esses terrenos foram adquiridos por meio de posse da terra. Eram terras devolutas e sem documentação que foram ocupadas na década de 1980 por famílias que migraram de outras regiões do Brasil. Atualmente na área de Sarizal possui poucos sítiantes, pois a maioria dos sítios foram vendidos para Empresa a COOPERB para o plantio de cana-de-açúcar.

A comunidade Novo São José está localizada entre o Sarizal e o Distrito de Pingador, os sítiantes vivem da criação de gado leiteiros. Parte dos residentes desta comunidade criam gado de corte e alguns dos seus membros trabalham na COOPERB. Já na Comunidade Laginha I, residem cerca de trinta sítiantes, que vivem com a venda do leite aos laticínios. Alguns sítiantes trabalham na empresa COOPERB.

Laginha II, é constituída por 20 famílias de sitiantes, cujas propriedades médias de 10 a 15 hectares de terra e sobrevivem da pecuária de animais de grande porte e gado leiteiro, ou trabalham na empresa COOPERB, sendo possível observar a presença de um semiconfinamento de gado para corte. Na comunidade Campina atualmente residem três famílias, que vivem da produção do leite e derivados (queijos, requeijões e doces) e realizam vendas para outras comunidades vizinhas e na sede municipal.

As comunidades Olaria I e Olaria II são constituídas por sitiantes que sobrevivem do leite e gado de corte, mas também existem as olarias que produzem tijolos a partir da argila retirada as margens dos Rios Cabaçal e Vermelhos.

A comunidade Olaria I e II está localizada nas duas unidades geoambientais. Na unidade geoambiental I é delimitada pelos Rios Cabaçal e Vermelho, sendo esta comunidade constituída por sitiantes e fazendeiros, predominando a pastagem para a criação de gado leiteiro e de corte. Em alguns casos o plantio de hortaliças e árvores frutíferas nas proximidades das residências, além de olarias instaladas na comunidade.

A comunidade possui uma escola desativada, quadra de futsal, uma igreja e um barracão construído pela comunidade para realizar reuniões e um ponto de ônibus para os alunos da localidade, que seguem viagem até o distrito de São José do Pingador para estudarem. A figura 13 demonstra a escola desativada na comunidade.

Figura 13 - Escola desativada e quadra de esportes



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

A comunidade da Draga é composta por sitiantes que vivem da renda do leite, além de existir uma draga sobre o Rio Cabaçal que extrai areia e revende aos comércios locais e de município vizinhos. Já o Argeu é uma ampla propriedade privada na qual residem um grande número de funcionários na criação da pecuária extensiva, mas que é conhecida por muitos como uma comunidade ou ponto

de referência por ser distante e a última propriedade na área territorial de Lambari D'Oeste após as Olarias.

Já a comunidade Sepotuba fica nas proximidades de rio que recebe o mesmo nome sendo composta por sítiantes e fazendeiros onde predominam a pecuária extensiva e semiconfinamentos.

2.1.5 Complexos industriais (olaria, farinheira e usina de álcool)

A Cooperativa dos Produtores de cana de Rio Branco (COOPERB), se instalou antes da emancipação de Lambari D'Oeste, em 1991, quando a área pertencia ao Município de Rio Branco no qual Lambari D'Oeste desmembrou. A empresa, na última safra, no ano de 2018, empregava 452 funcionários entre campo e a indústria, e produziu de 1.094.000 toneladas de cana de açúcar com a produção de 88 milhões de litros de álcool. A produção da cana-de-açúcar atualmente é quase que toda mecanizada, com máquinas colheitadeiras e tratores. A figura 14 exibe o polo industrial da Cooperativa de Produtores de cana de Rio Branco (COOPERB), que é a maior empresa de grande porte do município.

Figura 14 - Cooperativa dos Produtores de cana de Rio Branco (Cooperb)



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Segundo Carvalho (2016), a COOPERB é uma empresa no ramo na produção de álcool, que se instalou em 1984 e começou a funcionar em 1986, iniciando com 23 cooperados, dessa forma a produção inicialmente era de pequena escala e o trabalho manual, com corte de cana braçal, no decorrer dos anos houve a junção de outros cooperados e maiores investimentos na empresa. Na figura 15 é apresentado a colheita mecanizada a partir do uso de máquinas colheitadeiras e tratores.

Figura 15 - Colheita mecanizada na Empresa COOPERB



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Outro tipo de uso identificado a campo foi a farinheira Boa Esperança está instalada na comunidade do Novo São José e o cultivo da mandioca é realidade na propriedade Boa Esperança e em sítios próximos (22.267 hectares). A maior parte da mão de obra é familiar, com produção de 1.750 quilos mensal. A produção da farinha é destinada a atender aos comércios do município Lambari D'Oeste e cidades vizinhas, abastecendo supermercados, mercearias entre outros tipos de comércios conforme (figura 16).

Figura 16 - Farinheira Boa Esperança



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

A produção é realizada com auxílio de algumas máquinas e manualmente, sendo pesada e empacotada na fábrica e transportada até os comércios no município e da região circunvizinhas.

Além disso, no município encontram-se instaladas três olarias, que realizam a extração de argila para a produção de tijolos. As olarias encontram-se nas comunidades Olaria e na proximidade do Argeu. Usando mão de obra de residentes do local para extração e fabricação dos tijolos, toda

produção é destinada a construção civil, sendo vendidos nos comércios em Lambari D'Oeste e em outros municípios vizinhos, conforme (Figura 17).

Figura 17 - Fabricação dos tijolos (Olaria)



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

De acordo com Lima (2018), a planície de inundação do Rio Cabaçal é muito propícia à atividade de extração de argila, devido à formação geológica no baixo curso (aluviões atuais), esse tipo de atividade está nas proximidades do rio na margem esquerda. A área de coletas da argila branca é apresentada na figura 18.

Figura 18 – Local de coleta de argila branca



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

A primeira Olaria (Santa Luzia) está localizada no sítio Sossego, o material para a produção dos tijolos é retirado na Fazenda Alvorada, que se localiza a 4 km da olaria. Esse material é transportado e depositado para a produção durante todo ano, considerando que no período chuvoso área a de extração é inundada. Esta olaria emprega doze pessoas (mulheres e homens) que trabalham nas

diversas fases de produção dos tijolos: extração do barro, a produção de tijolos e queima dos tijolos. Para realizar essas atividades recebem um salário mínimo. Toda a produção é destinada a abastecer comércios do Município de Lambari D'Oeste e municípios vizinhos, sendo fabricado em média mensal 280 mil tijolos. Na olaria também se encontra instaladas as residências dos trabalhadores e proprietários (figura 19).

Figura 19 - Fabricação dos tijolos (Olaria)



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Na segunda Olaria, sem nome, retira a matéria prima (argila branca) na fazenda Alvorada, sendo estocada para a produção de tijolos. A olaria produz cerca de 120 mil tijolos mensais, sendo produzido por quatro funcionários, com presença de um barracão que acomoda os fornos além de uma casa de funcionário (figura 20).

Figura 20 - Olaria 2, área de produção adjunto a casa de funcionário



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Olaria do Brito está localizada ao lado da Fazenda Argeu, sua produção varia de 200 a 230 mil tijolos mensalmente, deste modo a produção é voltada a atender a demanda do município de Lambari D'Oeste e municípios vizinhos. O local onde funciona a olaria é arrendado há 15 anos para a

exploração da argila branca e produção de tijolos. O material é retirado a dois km distante da olaria, área de exploração da argila branca (figura 21).

Figura 21 - Área de retirada da argila branca na olaria Brito



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

A olaria possui cerca de 10 funcionários, sem registro em carteira, com salários variando de 800 a 1.500 reais mensais. Observou-se trabalho infantil na olaria, onde filhos de funcionários ou arrendatários auxiliam na produção. Os trabalhadores e o proprietários residem próximo da área de produção, que em geral são construídas nas proximidades para facilitar a produção. Dessa forma a figura 22 demonstra a área de produção e estoque dos tijolos.

Figura 22 - Olaria Brito, fileiras de tijolos

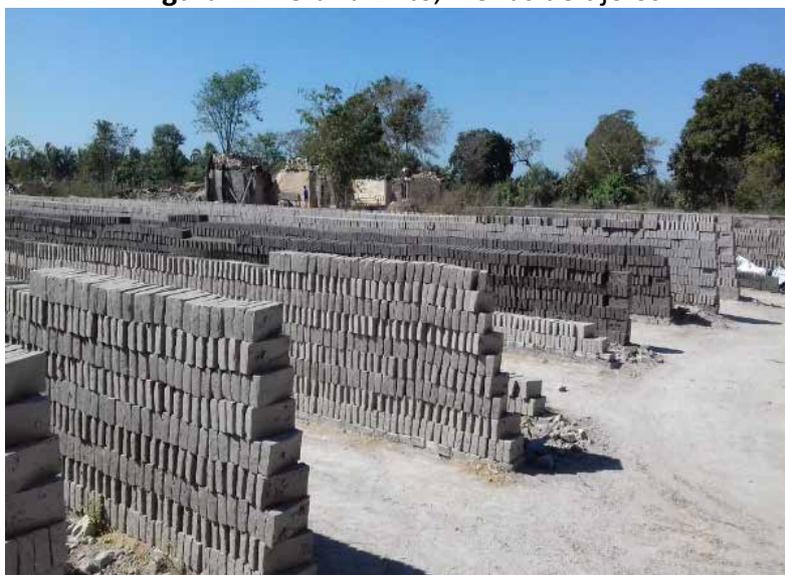


Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

2.1.6 Culturas temporárias e permanentes

Verifica-se diversidades de cultivos temporários no Município de Lambari D'Oeste como a soja, milho safrinha, feijão, mandioca, cana-de-açúcar, dentre outras espécies. Segundo os dados do IBGE (2017), no município são cultivados 1.000 hectares de feijão, 812,342 hectares de milho e 1.000 hectares soja. Existe uma lavoura experimental no município com produção temporária intercalada de oleaginosas (soja e feijão) e milho em 100 hectares. Inicialmente é plantada a soja, após a colheita é feito o plantio do milho safrinha, após colher o milho é realizado o plantio de feijão carioca. A produção é destinada à região e outros Estados, no caso da soja até mesmo para exportações.

O cultivo de mandioca, que se destina a produção de farinha na farinheira Boa Esperança. O proprietário realiza o plantio da mandioca, cerca de dois hectares, que não é suficiente para atender à demanda de produção, tendo que comprar mandiocas de outros produtores da região.

A cana-de-açúcar é um tipo de cultura agrícola presente no Município de Lambari D'Oeste para abastecer a usina de produção de álcool, a Cooperativa de Produtores de Cana de Rio Branco (COOPERB). Atualmente a empresa cultiva 21.858,452 hectares de cana-de-açúcar. Plantio de cana-de-açúcar em pequeno e grande porte já na hora da colheita (figura 23).

Figura 23 - Plantio de cana-de-açúcar



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

De acordo com Carvalho (2016) em conversa informal, o coordenador de campo da empresa COOPERB, relatou que os solos das plantações de cana são bons na sua maioria e precisa de poucas reformas, em alguns casos de dez em dez anos, mas também existem os solos ruins que necessitam de reforma (adubo) de quatro em quatro anos para que mantenham produzindo uma cana de qualidade. Essas reformas de solo são feitas em forma de adubos jogados diretamente no solo ou reforma direta, que seria a plantação de brachiarias, erva daninha que depois de um tempo determinado são dessecadas e novamente plantada a cana.

A produção de frutíferas temporárias é realizada por sítiantes em vários setores do município, são cultivados abacaxis, abóboras, amendoins, batatas, melancia e mandioca. De acordo com o IBGE (2017) a área cultivada de abacaxi é de 2.440 hectares, abóboras 6.088 hectares, amendoins 2.616 hectares, batatas 1.002 hectares, melancia 1.044 hectares. As variedades de hortícolas e frutíferas são distribuídas em supermercados, feiras do município e em supermercados de outros municípios vizinhos.

As culturas permanentes destacam no município o plantio de frutas como a poncã, laranjas, tangerinas, bananas que são realizadas por sítiantes no Município de Lambari D'Oeste. Foram registrados 30 pomares, com produção estimada anual de 101.680 toneladas de bananas, 90 toneladas de poncã, 3.700 toneladas de laranjas, 1.800 toneladas de tangerina (IBGE, 2017).

2.1.7 Pecuária e Silvicultura (reflorestamento e cultivo agroflorestal)

A pecuária de animais de grande porte foi registrada pelo IBGE (2013) como a classe de maior abrangência. Com 155.106 cabeças (IBGE, 2018) no Município de Lambari D'Oeste, sendo registrada as maiores propriedades nas comunidades de Boa União, Sepotuba, Argeu e Canaã, com a atividade para cria, recria, engorda e gado leiteiro.

A pecuária de criação de animais de grande porte de forma extensiva e produção de leite são desenvolvidas em todas as comunidades do Grande Canaã. O leite é vendido aos laticínios de Curvelândia e Mirassol D'Oeste. Mas nos últimos anos, duas propriedades de grande porte têm investido na criação de gado em confinamento. A fazenda Pimenta desenvolve o semiconfinamento, onde o gado tem acesso ao pasto e ração nas cocheiras conforme (figura 24).

Figura 24 - Área de semiconfinamento



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

A Fazenda Sarita está localizada na grande Canaã e investe na pecuária de engorda. O rebanho é vendido para frigorífico de Mato Grosso e exportação para o mercado Europeu. Sendo

a fazenda organizada em piquetes para adaptação dos bovinos, dividindo sua produção em duas etapas anuais, com a engorda de 3 mil bois a cada seis meses. Sendo que o rebanho se alimenta nas cocheiras para engordar mais rápido, conforme (figura 25).

Figura 25 - Confinamento de bovinos na fazenda Sarita



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Nessa propriedade se usa de tecnologia para produção dos alimentos para o gado e para criação, como fabricação de rações e os cuidados com os animais. Este trabalho está sendo executado por cinco funcionários fixos (residem na fazenda) e alguns temporários.

Outra área produtiva da pecuária é a fazenda Chaparral que está entre as maiores do Município de Lambari D'Oeste, localizada na comunidade Olaria, destinada a pecuária extensiva e semiconfinamento, voltada à venda para frigoríficos da região, com produção de 2 mil cabeças, com presença de semiconfinamentos e pecuária extensiva, conforme a (figura 26).

Figura 26 - Semiconfinamento Fazenda Chaparral



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Já a produção de leite do município é realizada nas pequenas e médias propriedades. De acordo com as informações do IBGE (2017), a produção de leite foi de 3.890.848 litros anual, que são destinados a laticínios em Curvelândia e São José dos Quatros Marcos.

Além dos tipos de uso citado acima, a campo foi possível identificar a presença de áreas de reflorestamento e cultivo agroflorestal como cultivo de teca e eucaliptos com 2.373 hectares de espécies de árvores para fins de reflorestamentos no município.

A área de reflorestamento é composta pela teca que são produzidas nas grandes propriedades com o plantio e extração de madeira que é vendida para empresas do ramo de produção de móveis. De acordo com (LIMA, 2018, p .89) os cultivos encontrados não são para a recuperação de floresta e nem para a proteção das margens do rio, está destinada ao comércio das madeiras. Área de plantio de teca conforme a figura 27.

Figura 27 - Reflorestamento de teca



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Outro tipo de uso identificado foi o pequi, um fruto típico do Cerrado, é encontrando em diversas áreas do município, como na comunidade Boa União, Olaria, Argeu, etc. Na maioria das vezes são nativas da região, mas em alguns casos dentro do município há plantio desta espécie de fruto, mas para o consumo dos residentes.

2.1.8 Piscicultura e Dragagem

A piscicultura na área de estudo é realizada em diversas áreas do município, sendo possível identificar no grande Canaã, Boa União, Olaria, Sarizal e na área urbana do Município de Lambari D'Oeste. Normalmente são tanques construídos a partir de escavações variando de 4 a 15 tanques, sendo observadas em alguns casos, as construções foram realizadas próximas e/ou até no leito de córregos, de afluentes dos Rios Cabaçal e Sepotuba.

Outro tipo de uso no Município de Lambari D'Oeste é a dragagem que está presente no médio curso do Rio Cabaçal, localizada na grande Canaã (Draga). Esse tipo de uso é realizado no rio há várias décadas pela Empresa de Rio Branco. A draga instalada retira areia do leito do rio para comercialização (construção civil).

A dragagem é realizada por meio de motores próprios para esse tipo de atividade. Todo o sedimento retirado do rio é peneirado e armazenado na margem esquerda do rio. O material armazenado é vendido para casas de construções de Lambari D'Oeste, Rio Branco, entre outros municípios.

2.1.9 Descrição (Análise) das condições ambientais atual na Unidade Geoambiental I

As atividades de campo permitiram verificar a alteração ambiental na Unidade Geoambiental I. Na UGI existem vários usos (pecuária, agricultura, olarias, urbanização, pisciculturas, dentre outras atividades).

As diversas atividades realizadas no município têm provocado mudanças das características naturais desta Unidade, registrou-se os seguintes impactos ambientais: retirada de mata ciliar dos cursos fluviais (parcialmente ou totalmente); processos erosivos; aterramento de nascentes; retirada de argila em áreas de nascentes e próximo dos cursos de água; além do assoreamento dos cursos de água.

Nessa Unidade observou-se o avanço da atividade pecuária até os cursos de água. A mata ciliar foi retirada totalmente ou parcialmente, desencadeando vários tipos de alterações nos canais fluviais, como: aumento do escoamento superficial; aumento do aporte de sedimentos; aterramento e desaparecimento de nascentes; assoreamentos dos canais e; diminuição do volume de água (figura 28).

Figura 28 - Avanço da pecuária nos cursos de água na Unidade Geoambiental I



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Na atividade de campo observou-se que o córrego Sarizal vem sendo usado para a criação de porcos, o chiqueiro foi construído no leito, as fezes e restos de comida dos porcos ficam no córrego.

Nas áreas de pastagens observou-se processos erosivos (sulcos e ravinas). O modelado do relevo suave ondulado e presença Neossolo Quartzarenico **Órticoléptico**, associado a atividade contribuem para atuação dos processos erosivos conforme (figura 29).

Figura 29 – Alterações na área de pecuária



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Nas áreas onde estão instaladas as olarias foi possível observar algumas alterações decorrente ao uso como a exploração da argila, gerando grande valas e o desmatamento para a queima na produção dos tijolos. A argila é retirada em áreas de nascentes brejosas, quando ocorre a escassez do barro, a área fica degradada e com acúmulo de água. Geralmente esses locais são usados para dessedentação de animais e implantação de piscicultura. Nas proximidades da Olaria II Santa Luzia foi possível observar desmatamento. As madeiras estão presentes nas olarias pois são fontes de geração de energias para a queima dos tijolos (Figura 30).

Figura 30 - Lenha utilizada na queima dos tijolos



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Segundo relatos de moradores e trabalhadores das olarias, no decorrer dos anos as olarias mudam as suas instalações de localidades, devido à escassez da matéria prima (argila branca).

Já no cultivo de cana-de-açúcar as alterações dos solos são visíveis, se iniciando com o desmatamento para o plantio, além de processos erosivos, aterramento de nascentes e assoreamento de córregos e rios (figura 31).

Figura 31 - Cultivo de cana-de-açúcar e processos erosivos associados



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

No campo foi possível observar as alterações de uma nascente na área de plantio de cana. A nascente foi aterrada para diminuir a umidade e aproveitamento da área de cultivo, foi construído um dreno para escoar a água (figura 32).

Figura 32 - Nascente aterrado em área de cultivo de cana-de-açúcar



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Outro ponto observado foi o lançamento do vinhoto que é um tipo de líquido que se caracteriza pela sobra do caldo da cana de açúcar da produção de álcool, possui muitos nutrientes, além de servir como irrigação.

Esse material é utilizado no campo da empresa COOPERB como fertilizante e para irrigação. Esse material é transportado por tubulações e estocado em represas, os caminhões transportam o vinhoto para ser usado na lavoura de cana de açúcar conforme (Figura 33).

Figura 33 - Reservatório do vinhoto e transporte



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

O vinhoto é distribuído nas lavouras de cana-de-açúcar utilizando aspersores de alta pressão, conforme demonstrando na Figura 34.

Figura 34 – Distribuição de vinhoto na lavoura de cana-de-açúcar



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

O lançamento de vinhoto acaba provocando desconforto provocado pelo mal cheiro, sendo relatados por moradores durante o trabalho de campo.

Além da identificação de tanques de pisciculturas destinadas exclusivamente para produção de peixes em áreas de nascentes brejosas e próximo do leito dos rios e córregos na Unidade I. Na atividade de campo foi possível visualizar os impactos referentes na construção dos tanques. A área de nascente próximo da localidade deixou de existir, houve a retenção do fluxo de água devido os barramentos para implantação do empreendimento, no período chuvoso o volume de água aumenta e transborda inundando parte da propriedade conforme (figura 35).

Figura 35 - Atividade de piscicultura na Unidade I



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Para Appolo e Nishijima, (2011) a piscicultura é uma atividade antrópica que requer o uso dos recursos naturais de água, solo, fauna e flora, que podem interferir no equilíbrio dos ecossistemas e podem causar desequilíbrios ambientais quando realizadas de forma inadequada.

Estudos mostram que o descarte de efluentes provocam os maiores impactos na piscicultura no meio ambiente. Pereira (1995 apud AMARAL e FIALHO, 2002), considerou que os restos de alimentos utilizados na piscicultura aumentam a carga orgânica da água e, em alguns casos, pode ser necessária a instalação de um sistema de tratamento antes que ela retorne ao corpo receptor. Associado aos efluentes também há o risco de introdução de espécies exóticas, quando, acidentalmente, o reservatório de criação desaguar em um recurso hídrico próximo.

Na área urbana do município pode-se notar diversas alterações devido ao tipo de uso, principalmente no canal urbano que corta a cidade, o córrego Lambari, assim como é conhecido, que deu origem ao nome da cidade, nas últimas décadas tem passado por alterações com o crescimento urbano.

A observação e a aplicação do Matriz de Tipologia mostraram que o córrego se encontra alterado em função do avanço da urbanização, a mata ciliar foi totalmente ou parcialmente retirada,

lixo e esgoto são lançados diretamente no canal, parte do leito encontra-se canalizado para construção do lago.

A tabela abaixo traz os resultados de campo no canal fluvial urbano de Lambari D'Oeste, com base na Matriz de Tipologias conforme a tabela 1.

Tabela 1 - Resultados dos estudos sobre matriz de tipologias no canal fluvial urbano em Lambari D'Oeste com base em Carvalho et al. (2010)

| Pontos | Nível 1 Características do canal | Nível 2 Uso do solo margens | Nível 3 Uso do solo nos interflúvios | Nível 4 Matriz de tipologias |
|---------|-------------------------------------|-----------------------------------|---|------------------------------------|
| Ponto 1 | NA (100) | MÉDIO (2) | BAIXO (1) | 113 |
| Ponto 2 | MA (300) | MÉDIO (20) | MÉDIO (2) | 322 |
| Ponto 3 | AL (200) | BAIXO (20) | BAIXO (2) | 211 |

Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

A Matriz de Tipologia é um tipo de metodologia utilizada em canais urbanos com o intuito de verificar o nível de alteração. Desse modo fornece três níveis de observação, sendo nível 1 características do canal, nível 2 usos do solo nas margens e nível 3 usos do solo nos interflúvios. A partir da observação e descrição dos três condicionantes se estabelece um valor de referência, que ao final ao serem somadas estabelecem o nível de alteração do canal.

No primeiro ponto, o canal se encontra alterado, retificado, possui uma ponte com manilha, os tipos de uso nas suas margens como urbanização, tanques de pisciculturas, mata ciliar parcialmente preservada, vegetação introduzida (frutíferas) e pastagens, conforme (Figura 36).

Figura 36 - Córrego Lambari, primeiro ponto



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

A partir dos resultados com base na Matriz de Tipologia de Carvalho et al. (2010), conclui-se que este se classifica como B- Canal sem alterações e com impactos pelo uso do solo. O ponto dois

possui urbanização média de acordo com a Matriz de Tipologias, onde há presença da área urbana nas margens esquerda e direita, o canal encontra-se alterado e retificado com a presença de um lago artificial no qual é usado com ponto turístico e cultural, conforme (Figura 37).

Figura 37 - Córrego, Lambari segundo ponto



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Neste ponto pode ser observado a presença de lançamentos de efluentes diretamente no canal, sendo estes advindos das residências que margeiam o córrego Lambari. Toda a área se encontra sem vegetação nativa sendo substituída por gramíneas e árvores frutíferas. Além das alterações citadas verificou-se processos erosivos nas margens.

O lago artificial foi construído barrando a água do córrego Lambari. Esse local vem sendo usado como ponto turístico, para apresentações culturais, pista de caminhada, piqueniques e para criação de peixes *Astyanax* conhecidos popularmente por lambaris.

O ponto três está localizado após a área urbana em área rural. A mata ciliar foi totalmente retirada para implementação da pastagem até o leito, o canal encontra-se retificado, observou-se a presença de lixos residuais, oriundos da área urbana, também foi possível identificar processos erosivos nas margens, decorrentes do desmatamento e pisoteio de animais, que vão até o córrego para beber água. A condição que córrego apresenta permite enquadrar na tipologia Canal alterado e com impacto pelo uso do solo conforme a Matriz de Tipologias (Figura 38).

Figura 38 - Ponto três do córrego Lambari

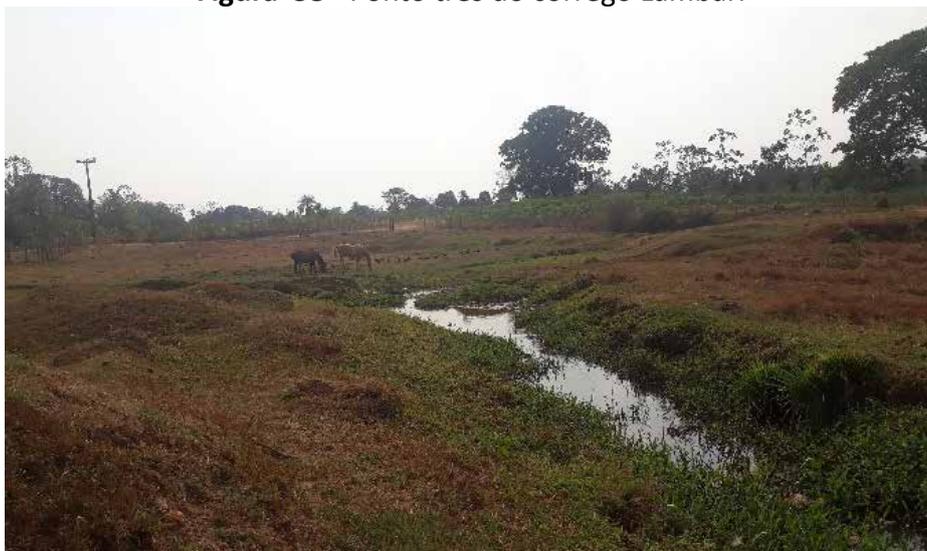


Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

2.2 Unidade geoambiental II

A Unidade Geoambiental II trata-se de área plana resultante de acumulação fluvial, sujeita a inundações periódicas. Litologicamente registra a ocorrência de aluviões atuais e solo predominante GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico típico. A área de abrangência desta unidade é de 210,39 km² com 11,84% de toda a área municipal. Corresponde à planície de inundação e corredor fluvial dos Rios Cabaçal e Sepotuba.

Geomorfologicamente as planícies e pantanais mato-grossenses encontram-se entre 80 a 150 metros de altitude, em relação ao nível do mar, são constituídas por acumulação de depósitos de sedimentos carregados através do rio que possui nascentes nos planaltos, serras e depressões que a circundam (LIMA, 2018). Desta forma, os rios que percorrem a área territorial de Lambari D'Oeste, como os Rios Branco, Vermelho, Cabaçal e Sepotuba e seus afluentes, possuem suas nascentes em áreas de planaltos, que são divisores de águas, assim todo sedimento é transportado pelos rios dos planaltos e depressões e se acumulam nas planícies.

As Planícies Fluviais correspondem às áreas que têm importância para os processos de deposição de sedimentos predominantemente fluvial, sendo que esse sistema tem desenvolvimento local, fato associado à existência de estar localizadas em áreas baixas. Possui formato alongado, acompanhando o canal fluvial, geralmente está associado a rios de menor porte, que durante períodos de chuvas não é possível identificar o padrão de drenagem. (SEPLAN, 2000).

De acordo com Souza et al. (2017) os depósitos de sedimentos são formados com a corrente fluvial, que transportam ou modela os sedimentos existentes, transportando os que são mais leves e finos, com deposição de outros sedimentos mais pesados oriundos das regiões de montante. O transporte depende da força e do volume de água do atual canal. Dessa forma os sedimentos mais densos são transportados durante o período das cheias e depositados nas áreas mais baixas.

Litologicamente essa unidade é recoberta por aluviões atuais, que são formados a partir do depósito de sedimentos nas margens dos rios durante o período das cheias. Essas deposições ocorrem em áreas de planícies aluvionares abrangendo área de 149,77 km² com 8,43% da área municipal. Esses depósitos (areias, siltes, argilas e cascalhos) não atingem 10m. Lima (2017) descreve que aluviões atuais são materiais inconsolidados que são carregados pelas águas dos rios e se acumulam nas planícies fluviais no baixo curso dos rios. A (figura 39) demonstra a ocorrência de aluviões atuais as margens do rio Branco localizada no município de Lambari D'Oeste.

Figura 39 - Aluviões atuais encontrados nas margens do rio Branco no município de Lambari D'Oeste, MT



Foto: Josiel Dorriguette de Oliveira (2015)

A Formação Sepotuba é constituída por uma sucessão de sedimentos pelíticos, sendo mais comuns folhelhos e siltitos, com intercalações de arenitos finos, sendo caracterizada, em sua seção basal, por frequentes intercalações de siltitos finamente laminados, folhelhos e arenitos finos a médios, em cores vermelho-escuro, marrom-chocolate e cinza esverdeado, toda provavelmente de origem primaria. (SOUZA et al 2018).

Ocorrência de solos registra-se a GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico típico, nessa unidade UGII. Esse tipo de solo predomina em áreas Planícies e Pantanaís Mato-grossenses, apresenta horizonte A moderado sobrejacente ao horizonte B ou C, em geral, se mantém úmidos ou encharcados. Devido localização planas e rebaixados estão sujeitos a inundações periódicas. São solos profundos, mal drenados com baixa permeabilidade possuindo características físicas e químicas variadas devido à origem de sua formação. São associados à formação dos solos aluviais. O solo foi desenvolvido em formação recente no quaternário. (BRASIL,1982).

Foi possível identificar o GLEISSOLO HÁPLICO Alumínico **típico**, possuindo 12km² no município, próximo às margens direita e esquerda do Rio Sepotuba. Esse tipo de solo normalmente é encontrado em área úmidas em planícies de rios, lagos ou mares.

2.2.1 Uso da terra no Município de Lambari D'Oeste

Na Unidade Geoambiental II existem duas comunidades: Boa União e Sepotuba. A maioria da área é rural, com presença de fazendas e a atividade predominante é a pecuária. Cortada pelos Rios Sepotuba e Cabaçal, apresenta vários loteamentos (irregulares) que são instalações de pesqueiros.

Destaca-se nessa unidade da fazenda Argeu localizada entre os Rios Cabaçal e Paraguai, a atividade pecuária é destinada a bovinocultura de corte e leite. Possui também pequenas chácaras e sítios, conforme (Figura 40).

Figura 40 - Pecuária extensiva na unidade geoambiental II



Foto: Cleidiane dos Santos Carvalho

Nesta unidade é comum encontrar pesqueiros que são definidos como loteamentos realizados normalmente às margens dos rios e que servem como ponto de apoio para pesca e residência nos finais de semana, onde são construídas casas de alvenaria ou de madeira.

Esse tipo de uso nas margens dos rios é ocasionado pôr o município ter uma vasta rede de drenagem, composta pelos Rios Paraguai, Sepotuba, Cabaçal, Vermelho e Branco e seus afluentes, desta forma, possibilita a instalação de inúmeros pesqueiros as margens dos rios. Pesqueiros estes, em alguns casos, construídos de forma irregular, sem licenciamento ambiental.

2.2.2 Alterações ambiental na Unidade Geoambiental II

A alteração ambiental na Unidade Geoambiental II está relacionada principalmente à atividade pecuária, sendo notado o desmatamento, erosões e assoreamentos dos córregos e rios. Os córregos Boa União e Veado e os Rios Branco, Cabaçal e Sepotuba passaram por alterações iniciadas pelo desmatamento, em seguida pela introdução da atividade pecuária, que resultaram no pisoteio do gado nas margens, desencadeando assim, os processos erosivos e assoreamento no leito dos rios, conforme (figura 41).

Figura 41 - Alteração ambiental na Unidade Geoambiental II



Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

Os loteamentos próximos às margens dos Rios Cabaçal e Sepotuba provocam degradação ambiental, a mata ciliar é retirada para construção dos pesqueiros (casas, ranchos e ancoradouros). Na maioria desses pesqueiros a mata ciliar permanece parcialmente preservada, mesmo tratando de Área de Preservação Permanente (APP).

A partir da caracterização ambiental e do campo pode-se concluir que o Município de Lambari D'Oeste está inserido em uma área de diversidades geoambientais, resultando em diferentes tipos de uso. Sendo de importância associar os condicionantes ambientais ao setor econômico do município. Assim o próximo item caracteriza os condicionantes socioeconômicos e os reflexos ao decorrer dos anos.

CAPÍTULO III

INDICADORES SOCIOECONÔMICOS

3.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo apresenta uma análise dos indicadores socioeconômicos associando ao crescimento dos indicadores de renda e economia bem como o PIB e PIB per capita, apontam o crescimento econômico bem como o seu comportamento ao longo dos anos.

O desenvolvimento econômico refere-se ao abastecimento de bens e serviços necessários para satisfazer às necessidades humanas, tanto individuais quanto coletivas (SILVA et al, 2012, p. 8).

Quanto ao desenvolvimento econômico e social, estão relacionados ao acesso de bens e serviços pela população, através do seu poder aquisitivo e oferecidos pelo poder público. Os indicadores sociais tais como IDHM, índice de Gini demonstram esse tipo de indicador social, demonstrando a realidade em que essa população se encontra, além de demonstrar comportamento ao longo dos anos.

Apontando as representações dos indicadores sociais, Czimikoski (2015) descreve que as diferenças entre crescimento e desenvolvimento econômico que se diferenciam, certo que o crescimento é o aumento do PIB, ou seja, a elevação ou queda dos fatores que o PIB incorpora tais como: o consumo privado, os gastos do governo, investimento total da região estudada importação e exportação. Enquanto o desenvolvimento econômico está relacionado a melhoria do bem-estar das pessoas.

Assim Czimikoski (2015) diz que o desenvolvimento econômico pode ser definido como um método pelo qual a renda nacional real de uma economia cresce durante um longo período de tempo.

Entretanto o crescimento econômico vem passando por altos e baixos, visto que nos últimos anos várias crises têm afetado o crescimento em níveis mundial, de país e local.

Dessa forma Rolnik e Klink (2011) destacam que a expansão e o crescimento econômico das cidades passaram por vários desafios, uma vez que a base do financeiro, a política e gestão são marcados por disparidades socioespaciais e grande degradação ambiental, haja vista que o desenvolvimento econômico acarreta as mudanças tanto nas estruturas quanto nas formas.

3.2 Índice de Desenvolvimento Humano Municipal de Lambari D'Oeste (IDHM)

Os indicadores socioeconômicos são de suma importância, pois apresentam a realidade das localidades, mas por sua vez vem se tornando alvo de crítica por alguns autores que apontam que os índices não são totalmente representativos a toda a população e que acaba sendo a todo igualada, mesmo possuindo características distintas. Assim a importância de uma boa análise visando representar a realidade vivenciada nas localidades. (MILLÉO, 2005).

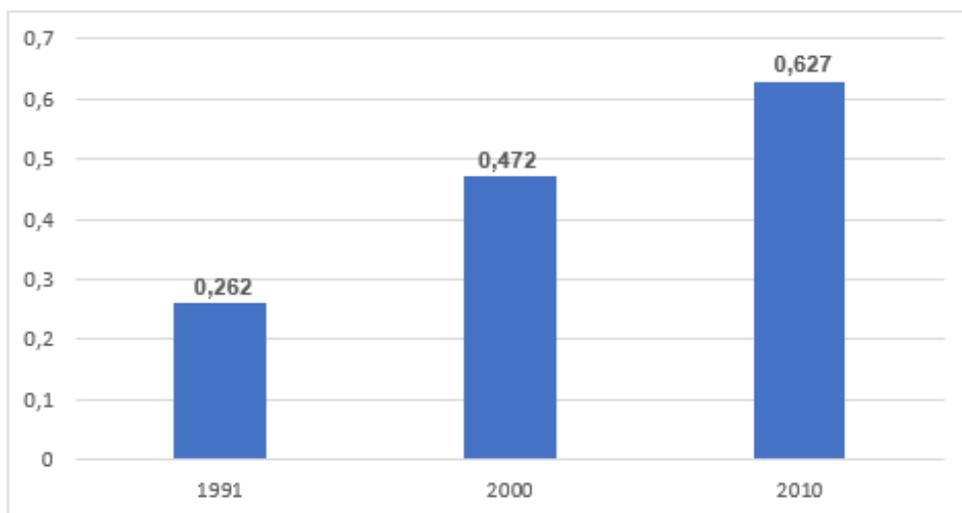
O intuito de realizar a análise comparativa do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal nos anos 1991, 2000 e 2010 caracterizam o nível de desenvolvimento no decorrer dos anos da emancipação de Lambari D'Oeste, visto que o IBGE fornece os dados de dez em dez anos, sendo que essa pesquisa só é realizada nesse intervalo em todo o Brasil.

No entanto os conceitos de IDH e IDHM são diferenciados quando relacionados a forma de dividir os valores, sendo de relevância apontar as diferenças entre os mesmos. Desse modo é descrito as diferenças entre os índices em nível nacional e em nível municipal entre IDH e IDHM, visto que as faixas de Desenvolvimento Humano Municipal não seguem as faixas do IDH Global ou de nível do país. Elas foram adaptadas para contextualizar melhor a realidade brasileira. As faixas do IDH são divididas em Baixo, Médio, Alto e Muito Alto Desenvolvimento Humano e seus valores variam a cada ano, pois são calculadas a partir dos valores mais baixos e mais altos observados nos países. (IBGE,2013b).

Já para o IDHM, são subdivididas em cinco faixas. A faixa "Muito Baixo" do IDHM coincide, de maneira geral, com a faixa "Baixo" do IDH Global. E as faixas "Alto" e "Muito Alto" coincidem com as mesmas faixas do IDH. As faixas "Baixo" e "Médio" diferenciam as localidades brasileiras classificadas entre 0,500 e 0,699, de forma a ressaltar as diferenças e reconhecer os esforços de municípios. (IBGE, 2013b).

Mediante os resultados pesquisados em 1991, 2000 e 2010 pode se observar que nas últimas décadas o Município de Lambari D'Oeste obteve evolução, sendo possível perceber o crescimento do IDHM ao decorrer das quase três décadas, na figura 42 apontam-se os resultados das pesquisas sobre o IDHM nos anos citados.

Figura 42 - Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) em Lambari D'Oeste – MT entre os anos de 2001 a 2010



Fonte: (IBGE 2018)

A análise dos dados considera que o IDHM se divide em cinco fases, muito baixo, baixo, médio, alto e muito alto. Dessa forma o gráfico acima demonstra o resultado desse índice nos anos de 1991, 2000 e 2010.

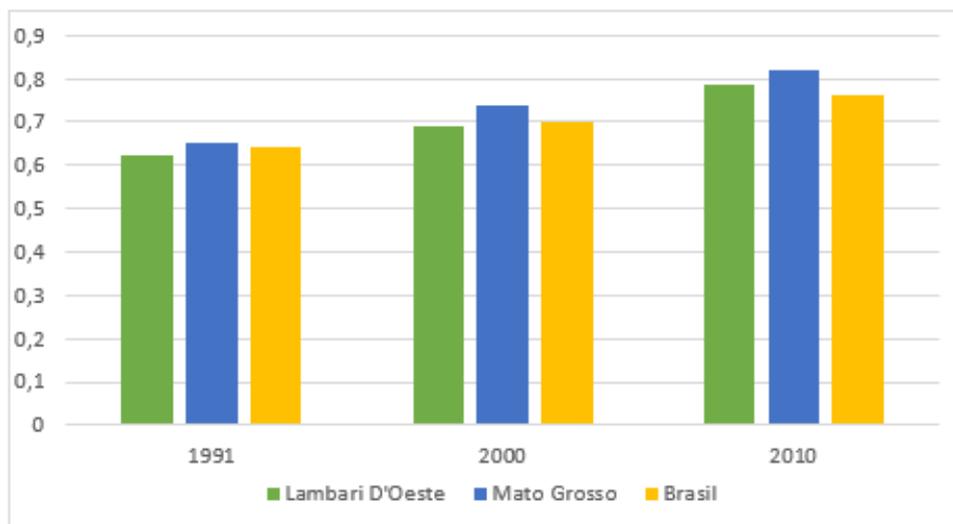
Sendo neste primeiro ano o IDHM considerado baixo, decorrente do momento em que o município passava pelo processo de emancipação, que ocorreu em 21 de dezembro de 1991, e as instalações estruturais e administrativas não estavam efetivadas até o momento.

Dez anos após sua emancipação notou-se uma expressiva elevação no valor ao se comparar com o primeiro, passando de baixo para médio, visto que em uma década pode-se investir em saúde e educação, que efetivaram uma melhor qualidade de vida à população.

Na última pesquisa realizada observa-se o maior valor, dessa maneira o valor obtido se enquadra no padrão médio do IDHM. Sendo retratado com o desenvolvimento humano municipal nas últimas décadas onde a população passou a ter acesso a melhorias na qualidade dos serviços oferecidos como educação, saúde, serviços sociais que se ampliaram com a emancipação municipal.

Assim as figuras 43, 44, 45 e 46 apresentam dados de longevidade, renda, educação e IDH, dessa forma é possível realizar a comparação dos índices de Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil.

Figura 43 – Longevidade da população em Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil entre os anos de 1991 a 2010



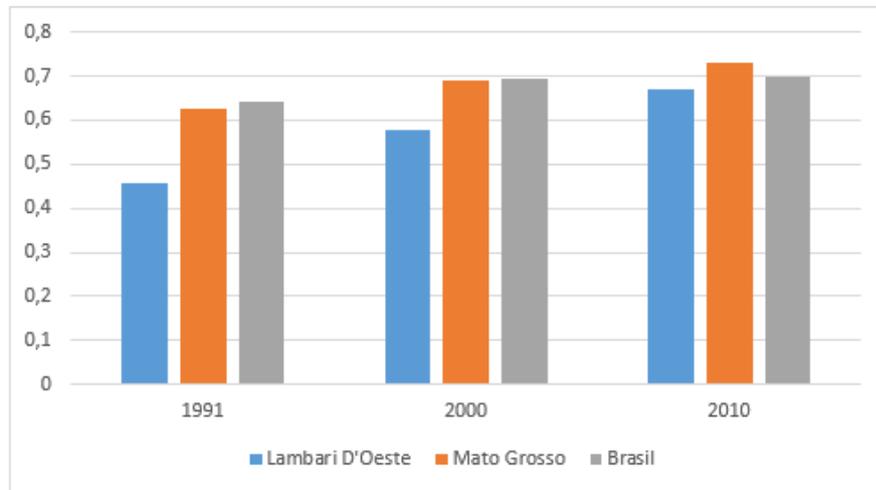
Fonte: IBGE (2013)

Os dados referentes à longevidade em uma análise comparativa de Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil, têm se mostrado que houve evolução dos três estágios de análise, sendo associados à expectativa média de vida da população.

A evolução deste índice está associada a expectativa de vida dos habitantes, sendo retratado pelos indicadores locais como bem-estar social, acesso a serviços médico-hospitalar, boa alimentação entre outros fatores, que são em muitos casos apresentados pelo poder público, oferecendo à população meios de se ter uma vida saudável e longa. Sendo que no município esse serviço tem se ampliado ao decorrer dos anos com investimentos do poder público local.

O Município de Lambari D'Oeste após sua emancipação passou a ampliar instalações e serviços subsidiando diversos itens para o bem-estar social como acesso aos serviços médicos, remédios, consultas, exames especializados, apoio ao idoso na Secretaria de Saúde e Assistência Social como; encontros da terceira idade, palestras, viagens, profissionais especializados assistentes sociais, psicólogos, entre outros. Que contribuem para uma maior longevidade, com saúde mental e corporal. Conforme a figura 44.

Figura 44 - Renda em Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil entre os anos de 1991 á 2010

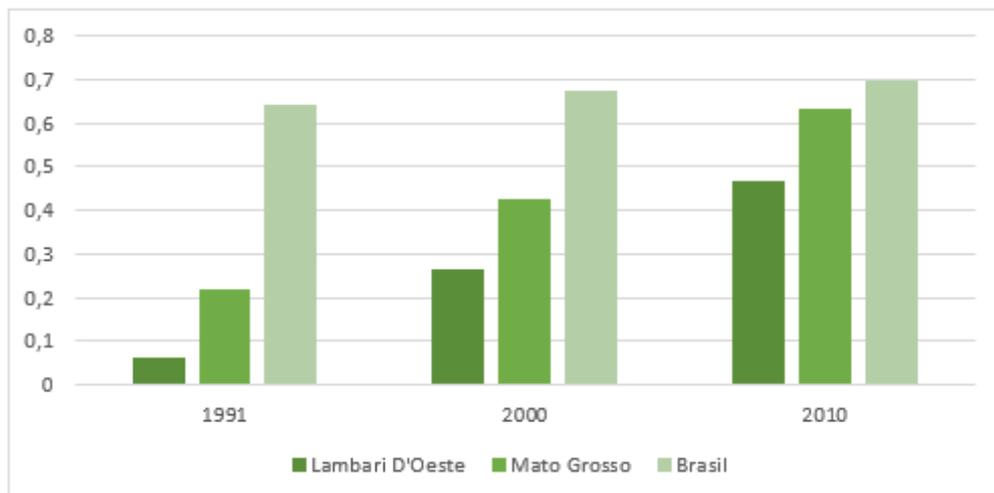


Fonte: IBGE (2013)

A renda nos três níveis de estudo apresenta resultados que se comportam, em alguns momentos, quase que igualitários em níveis de Mato Grosso e Brasil, já o de Lambari D'Oeste se manteve baixo nos anos de 1991, 2000 e 2010. Visto que os valores de renda estão associados aos investimentos em geração de emprego.

A falta de investimentos no setor de geração de empregos é um dos fatores que contribuem para a falta de empregos fixos e com rendas maiores. Visto que o município não oferece infraestrutura nem apoio para futuros investidores, dificultando-o pelas condições das rodovias e instalações necessárias. Assim as empresas atuantes acabam pagando salários decorrentes as produções existentes e ao nível de escolaridade dos empregados.

Figura 45 - Educação em Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil entre os anos de 1991 a 2010

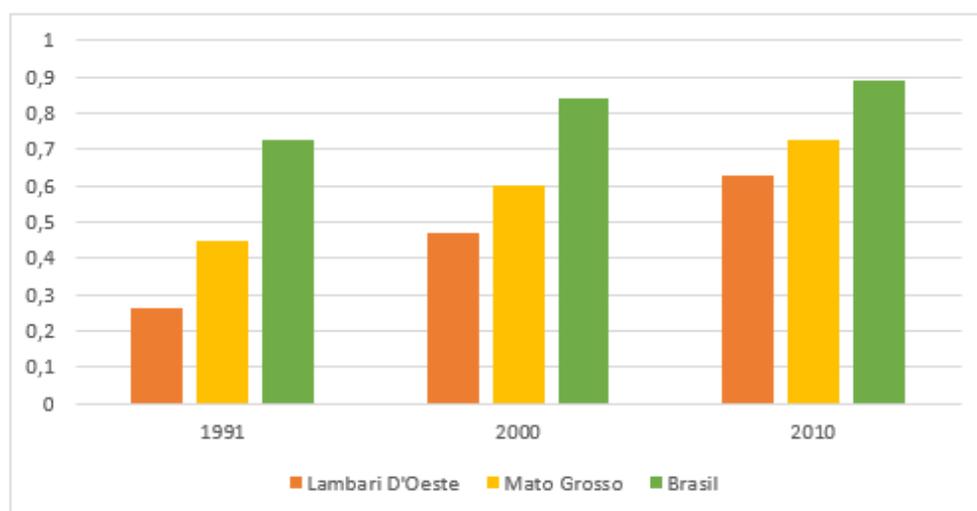


Fonte: IBGE (2013)

O desenvolvimento na educação vem sendo observado em Mato Grosso e Brasil, visto que em Lambari D'Oeste, no ano de 1991, passava por processo de emancipação e não detinha de estruturas para o atendimento escolar.

Ao longo dos anos houve maiores investimentos na educação, em níveis federal, estadual e municipal. Como ampliação de estruturas escolares, melhores salários, profissionais especializados, maior inclusão social entre outros incentivos foram possíveis decorrente aos repasses realizados pelos Governo Federal, Estadual e recursos próprios, assim contribuindo para uma eventual evolução deste índice.

Figura 46 - IDH em Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil entre os anos de 1991 á 2010



Fonte: IBGE (2013)

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Lambari D'Oeste era de 0,627, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é a Longevidade, com índice de 0,787, seguida de Renda, com índice de 0,670, e de Educação, com índice de 0,467 (IBGE, 2013b).

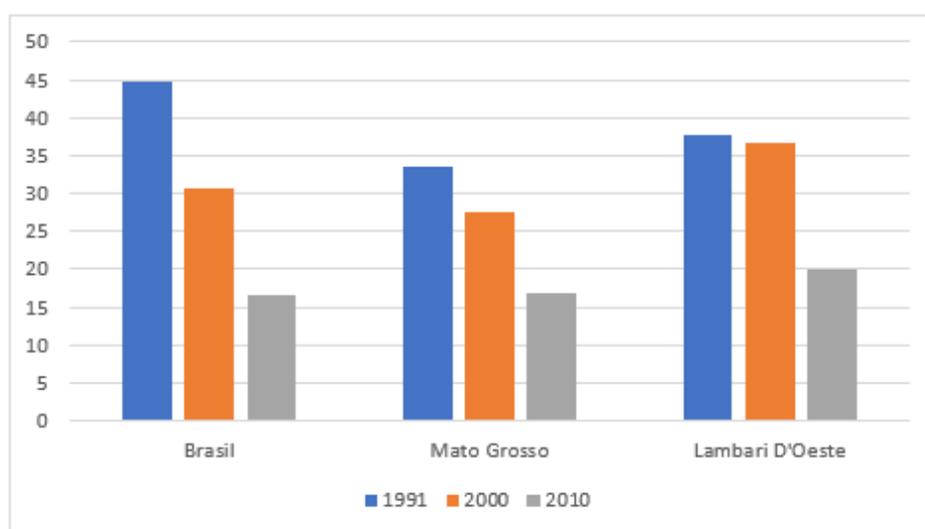
Os resultados dos gráficos apontam que uma diferenciação entre os itens estatísticos de município, Estado e País, considerando que foi observado os mesmos dados longevidade, renda, educação e IDH.

Assim podemos concluir que os valores ao decorrer dos anos melhoraram em todos os níveis, sendo possível destacar o investimento em saúde, educação, médico-hospitalares e bem-estar social, contribuindo para que os habitantes vivam mais e com maior qualidade de vida.

Após sua emancipação de Lambari D'Oeste a população local passou a ter mais facilidade e acesso aos serviços oferecidos pelo poder público. Tais como as escolas, a postos de saúde, atendimento médico, consultas, medicamentos, acompanhamentos médicos, exames especializados a assistência social. Serviços estes que se ampliaram e passaram a ser oferecidos na área urbana municipal, após a sua emancipação. Sendo retratado com o desenvolvimento do IDHM nos anos em estudo.

Dessa forma o IDHM tem por objetivo retratar a realidade do município levando em consideração os itens como longevidade, saúde e educação. Assim pode-se destacar alguns resultados como a: mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade). Dessa forma a figura 47 apresenta dados comparativos da mortalidade infantil entre Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil, entre os anos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 47 - Mortalidade infantil em Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil, entre os anos de 1991 a 2010



Fonte: IBGE (2013b)

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015 (IBGE, 2013b).

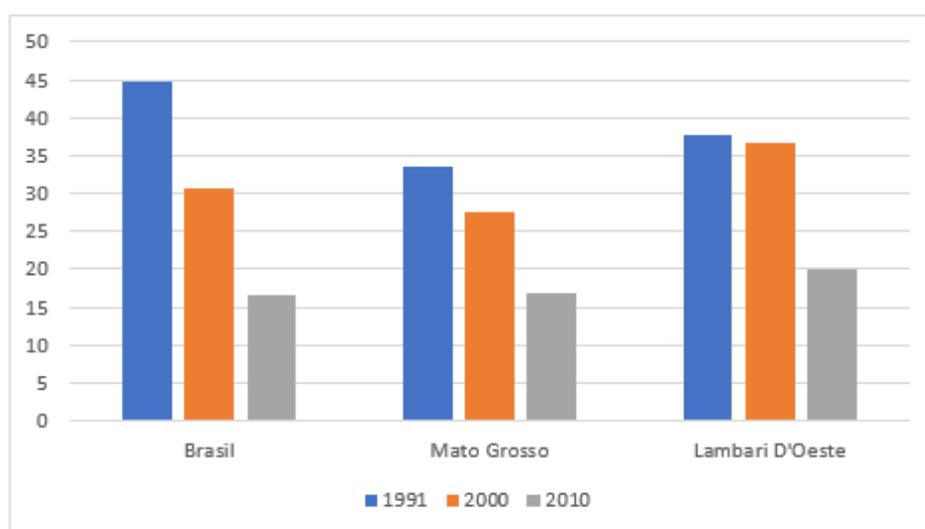
Os índices apontam que a mortalidade infantil está em declínio em nível municipal, estadual e federal. Assim representando melhorias e alcançando os objetivos de controlar o número de mortes de crianças. Devido ao desenvolvimento e investimentos no médico hospitalar, facilitando a prevenção e tratamento de possíveis doenças.

Em análise de comparação entre as três dimensões pode se observar no início da pesquisa no ano 1991 o maior índice de mortalidade infantil era do Brasil que com o passar dos anos passou a diminuir. Na última pesquisa comparativa pode se notar mudanças no cenário, Lambari D'Oeste passou a apresentar um maior índice se comparado a Brasil e Mato Grosso. O declínio desse tipo de índice está associado aos investimentos em tecnologia na área da medicina, acesso aos serviços médico-hospitalares, melhoria no saneamento básico, acompanhamento das gestantes, vacinas, etc. fatores que estão contribuindo para a redução da mortalidade infantil.

Além dos indicadores descritos, as análises de educação no Brasil melhoraram sendo favorável ao reconhecimento e preocupação com a saúde e com os meios de prevenções a doenças, contribuindo para a redução de mortalidade infantil. Assim as proporções em nível de educação

Dessa forma o IDHM tem por objetivo retratar a realidade do município levando em consideração os itens como longevidade, saúde e educação. Assim pode-se destacar alguns resultados como a: mortalidade infantil (mortalidade de crianças com menos de um ano de idade). Dessa forma a figura 47 apresenta dados comparativos da mortalidade infantil entre Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil, entre os anos de 1991, 2000 e 2010.

Figura 47 - Mortalidade infantil em Lambari D'Oeste, Mato Grosso e Brasil, entre os anos de 1991 a 2010



Fonte: IBGE (2013b)

Com a taxa observada em 2010, o Brasil cumpre uma das metas dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, segundo a qual a mortalidade infantil no país deve estar abaixo de 17,9 óbitos por mil em 2015 (IBGE, 2013b).

Os índices apontam que a mortalidade infantil está em declínio em nível municipal, estadual e federal. Assim representando melhorias e alcançando os objetivos de controlar o número de mortes de crianças. Devido ao desenvolvimento e investimentos no médico hospitalar, facilitando a prevenção e tratamento de possíveis doenças.

Em análise de comparação entre as três dimensões pode se observar no início da pesquisa no ano 1991 o maior índice de mortalidade infantil era do Brasil que com o passar dos anos passou a diminuir. Na última pesquisa comparativa pode se notar mudanças no cenário, Lambari D'Oeste passou a apresentar um maior índice se comparado a Brasil e Mato Grosso. O declínio desse tipo de índice está associado aos investimentos em tecnologia na área da medicina, acesso aos serviços médico-hospitalares, melhoria no saneamento básico, acompanhamento das gestantes, vacinas, etc. fatores que estão contribuindo para a redução da mortalidade infantil.

Além dos indicadores descritos, as análises de educação no Brasil melhoraram sendo favorável ao reconhecimento e preocupação com a saúde e com os meios de prevenções a doenças, contribuindo para a redução de mortalidade infantil. Assim as proporções em nível de educação

apontam que as crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos na escola indica a situação da educação entre a população em idade escolar do Estado e compõe o IDHM em Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola era de 81,09% em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do Ensino Fundamental de 80,95%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com Ensino Fundamental completo de 34,72%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com Ensino Médio completo é de 29,87%. Entre 1991 e 2010, essas proporções aumentaram, respectivamente, em 77,68 pontos percentuais, 62,70 pontos percentuais, 34,72 pontos percentuais e 26,32 pontos percentuais (IBGE, 2013, b).

Além dos indicadores citados, o IBGE (2013) destaca os anos de estudos em relação a jovens e adultos.

O indicador Expectativa de Anos de Estudo também sintetiza a frequência escolar da população em idade escolar. Mais precisamente, indica o número de anos de estudo que uma criança que inicia a vida escolar no ano de referência deverá completar ao atingir a idade de 18 anos. Entre 2000 e 2010, ela passou de 8,50 anos para 7,69 anos, no município, enquanto na UF passou de 9,02 anos para 9,29 anos. Em 1991, a expectativa de anos de estudo era de 6,28 anos, no município, e de 8,16 anos, na UF. Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 14,35% para 31,66%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 6,37%, no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 20,41% eram analfabetos, 25,90% tinham o ensino fundamental completo, 17,93% possuíam o ensino médio completo e 2,97%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%. (IBGE, 2013, b).

Dessa forma realiza uma comparação do crescimento em relação ao Brasil.

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,262, em 1991, para 0,627, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,449 para 0,725. Isso implica em uma taxa de crescimento de 139,31% para o município e 61% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 50,54% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,404), seguida por Renda e por Longevidade. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda. (IBGE, 2013, b).

3.3 Produto Interno Bruto (PIB) de Lambari D'Oeste

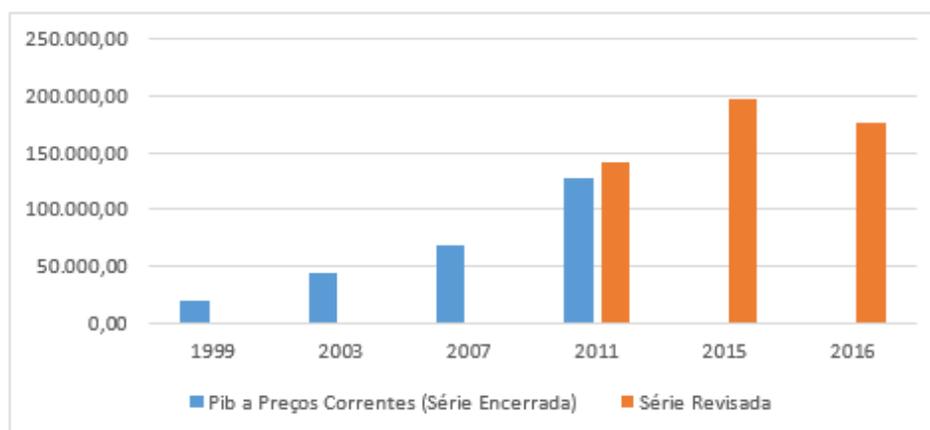
A pesquisa referente ao Produto Interno Bruto (PIB), segundo o IBGE (2016, a) diz que:

O Produto Interno Bruto está relacionado ao valor adicionado bruto da economia municipal, sendo considerado a Administração, Saúde e Educação públicas e seguridade social, devido à relevância deste segmento na economia municipal. A análise dos resultados, ilustrada por meio de tabelas, quadros, gráficos e cartogramas, enfoca aspectos econômicos de abrangência nacional, regional e municipal. (IBGE, 2016, a).

Dessa forma o PIB é calculado tanto em nível nacional, estadual e municipal. Desta forma, configura-se como o principal instrumento usado pelos governos, quando não a única utilizada, para verificar o crescimento, estagnação ou exaustão das economias e para planejar suas políticas e táticas de desenvolvimento. (CZIMIKOSKI, 2015, p.20).

Para analisar os resultados do PIB no decorrer dos anos citados, comparou-se o PIB a preços correntes de série encerrada, retropolada e revisada no município nos anos de 1999 a 2016. (Figura 48).

Figura 48 - Produto Interno Bruto (PIB) em Lambari D'Oeste – MT entre os anos de 1999 a 2016



Fonte: IBGE (2016)

Os dados foram colhidos de três em três anos com exceção ao ano de 1999 a 2016 pelos motivos que o IBGE oferece os dados até neste respectivo ano, levando em consideração ser o ano mais próximo ao atual. Como é possível perceber na apresentação do gráfico, o PIB, no decorrer dos anos apresentados, passa por um processo de mudanças das séries encerrada e série revisada.

A série encerrada ocorre quando há mudança de ano de referência, e no próximo ano se inicia a produção e tabulação de novos dados (IBGE, 2013). No entanto, a série revisada é uma nova série do Sistema de Contas Nacionais do IBGE que adota 2010 como ano de referência e incorpora recomendações da mais recente revisão do manual de Contas Nacionais organizado por Organização das Nações Unidas (ONU), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização para Cooperação e

Desenvolvimento (OCDE) e Banco Mundial. Apresentando uma classificação mais detalhada de produtos e atividades (IBGE, 2013).

Assim podemos observar que o PIB se comportou de maneira crescente nos anos em estudos, estaria associado ao crescimento econômico local ao aumento dos serviços oferecidos, deste modo tem se alterado o panorama econômico atual.

O PIB está relacionado a toda renda do município em um determinado tempo, que normalmente é de um ano, assim pode-se observar que no ano de 1999 o município detinha de menor renda. Sendo possível relacionar o baixo valor neste ano com os poucos anos de emancipação, destacando que o município havia se emancipado em 1991, e não detinha de muitas instalações geradoras de renda.

No ano de 2003 houve um pequeno crescimento, mas nada que se destacasse, observando que já havia se passado alguns anos de sua emancipação e o crescimento do comércio e outras fontes de renda estavam se ampliando. Assim, três anos depois, em 2007, o valor da renda continuou em crescimento que estando associada à produção do álcool pela a empresa COOPERB que no decorrer dos anos passou a ampliar suas terras e produção, gerando mais empregos e renda a localidade.

De acordo com Carvalho (2016), em 2011 a produção de álcool obteve o recorde, devido a que nesse ano choveu o total adequado para a plantação, que refletiu no aumento de produção de álcool. Assim destaca que partir da análise feita sobre a plantação de cana e a produção do álcool mostra que quanto maior a produção, maior será a renda e, conseqüentemente, maior será o aumento no Produto Interno Bruto (PIB).

Carvalho (2016) diz que os impostos gerados pela Cooperativa durante o ano foram faturados para a prefeitura de Lambari D'Oeste. Que no ano de 2011 a Cooperativa teve a produção de 75.000.000,00 de litros de álcool, e todos os impostos do valor foram passados para a Prefeitura Municipal de Lambari D'Oeste, por ser um município pequeno e só existir uma empresa de grande porte, essa seria a maior fonte de renda do município, que além de gerar empregos e renda ao município, também dá maior poder de compra a população.

O valor do PIB no ano de 2015 se destacou aos demais anos com maior valor, assim também associados à produção anual de álcool e os impostos repassados ao município. Além de que, com o passar dos anos de emancipação de Lambari D'Oeste, o comércio foi se ampliando e gerando mais empregos e renda, além de pequenas empresas no ramo de reflorestamento (teca) ter se instalado no município, contribuindo para o crescimento do PIB.

A maior produção de álcool está associada, também ao meio ambiente de acordo com os condicionantes ambientais do local como o solo, clima e relevo, pois a área onde é realizada o cultivo da cana de açúcar está inserida em solo com boas características físicas e químicas, clima adequado em relevo plano ou suave ondulado, contribuindo para a produção mecanizada que é realizada no período em que tem menores índices pluviométricos de abril a outubro.

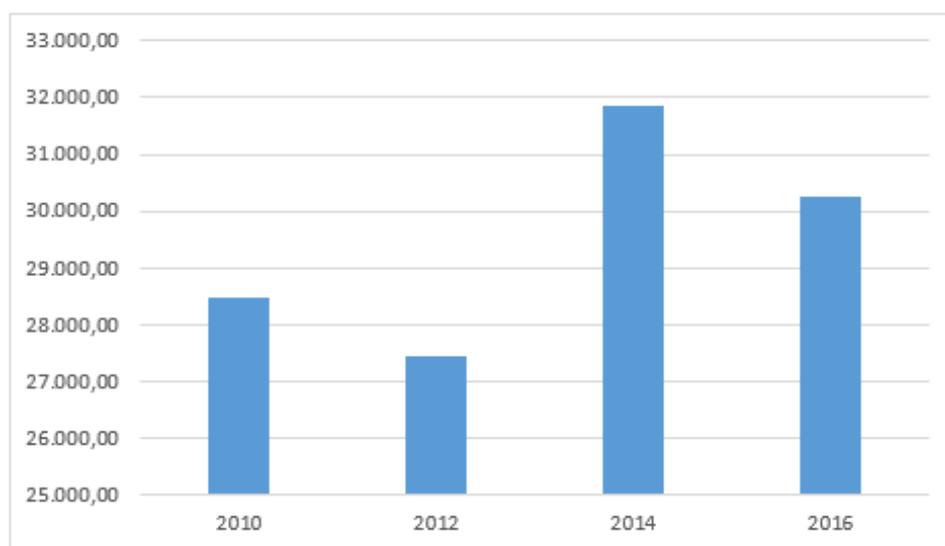
Já em 2016, o último ano pesquisado, houve queda no valor do PIB anual, visto que a produção de cana-de-açúcar foi menor, assim para o declínio deste índice, que representa grande parcela do PIB local.

3.4 PIB per capita de Lambari D'Oeste

O PIB per capita é a divisão do PIB pelo número de habitantes, e assim estabelece o valor para cada indivíduo de forma igualitária, como se todos recebessem partes iguais. Dessa forma é um indicador de distribuição de renda, qualidade de vida, educação e saúde, a partir do índice é possível compreender o crescimento econômico e bem-estar social (IBGE, 2016).

Para analisar os resultados do PIB per capita no decorrer dos anos de 2010, 2012, 2014 e 2016, analisou-se o crescimento da série revisada e série encerrada do município (Figura 49).

Figura 49 - PIB per capita de Lambari D'Oeste – MT entre os anos de 2010 á 2016



Fonte: IBGE (2016)

O PIB per capita do Município de Lambari D'Oeste está disponível no sítio do IBGE a partir do ano de 2010. Assim foi possível realizar a pesquisa a partir deste ano até 2016. Consequentemente percebe-se que esse índice vem passando por algumas alterações nos valores, destacando que no ano de 2014, houve um expressivo crescimento sendo associado o maior PIB anual, justificando o maior PIB per capita dividindo pelo número de habitantes.

Entretanto a metodologia utilizada para a efetivação do PIB per capita vem sendo discutida de forma como negativa, já que não representa de forma igualitária a maioria ou todos os indivíduos. Ao avaliar as diversas falhas do PIB como medida de bem-estar, ou divisão do PIB por habitantes, há algumas considerações e diversas sugestões sobre quais agregados econômicos deveriam ser utilizados e como tratá-los a fim de medir padrão de vida. (CZAMIKOSKI, 2015, p. 28).

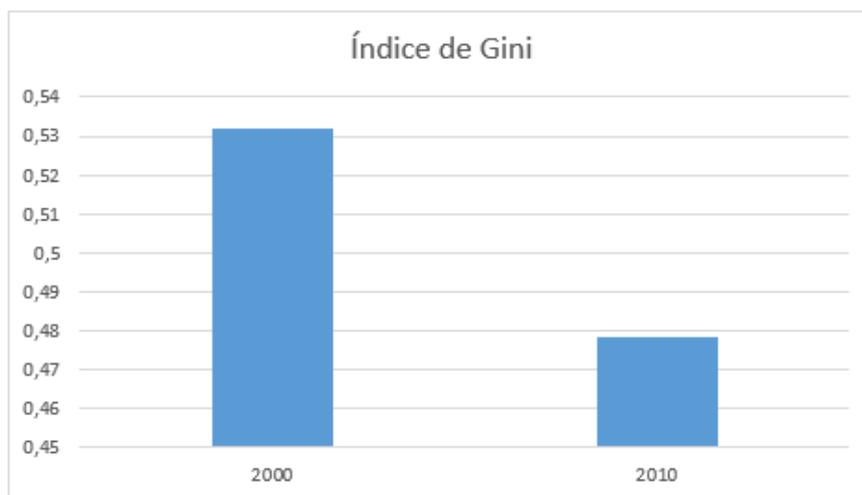
Com base na representação do PIB per capita Czimikoski (2015) faz uma crítica onde diz que não é satisfatória para determinar o quão bem a economia está em relação a sustentabilidade ambiental, a felicidade e o bem-estar das pessoas.

De acordo com Rodrigues (1978) o desenvolvimento econômico é uma expressiva elevação do padrão de vida e bem-estar geral da população, sendo notável que a produção total de bens e serviços deverá crescer a taxas superiores à da população. Mesmo sendo o conceito de padrão de vida basicamente material, envolve bens abstratos, como melhor educação, comunicação, saúde, etc. Dessa forma o desenvolvimento abrange os aumentos das oportunidades e a liberdade de escolha, resultando a melhoria do padrão de vida.

3.5 Índice de Gini de Lambari D'Oeste

O Índice de Gini é um indicador social que mede o grau de desigualdade, deste modo, avaliando a vulnerabilidades de riscos e fragilidades que cidadãos e suas famílias enfrentam na trajetória de seu ciclo de vida, por decorrência de restrições sociais, econômicas, políticas, naturais (IBGE, 2019a). Para analisar os resultados do Índice de Gini no decorrer de 2000 e 2010, comparou-se valores limite inferior e limite superior do município (Figura 50).

Figura 50 - Índice de Gini em Lambari D'Oeste – MT entre os anos de 2000 á 2010



Fonte: IBGE (2019)

O Índice de Gini representa o nível de desigualdade entre os habitantes, dessa forma os resultados podem variar de 0 a 1, sendo que próximo a zero menor desigualdade social e próximo a um maior o nível de desigualdade. Assim, os valores nos anos em estudo mostram que o nível de desigualdade no município vem diminuindo

De acordo com o IBGE, em 2010, o Índice Gini de Lambari D'Oeste era de 0,53 enquanto ao do Brasil 0,60. Dessa forma pode se concluir que os objetivo de combater ou diminuir a desigualdade estão sendo concretizados, visto que, no ano de 2000 a 2010 os valores diminuíram expressivamente.

Devido ao investimento do Governo Federal em programas sociais como Minha Casa Minha Vida, Bolsa Família, Financiamento estudantil (Fies), Programa Universidade para todos (Prouni) entre outros, contribuíram/contribuem para a diminuição dos níveis de desigualdade.

O Índice de Gini municipal na última década está em declínio, sendo associada aos investimentos municipais em geração de emprego, acesso à educação, saúde, assistência social e a programas do Governo Federal como bolsa família, financiamento estudantis, que contribuem para que a população tenha acesso a esses serviços e conseqüentemente havendo melhoria na qualidade de vida daqueles que detêm de menor condição financeira.

De acordo com o MDS (2019) no município há 459 famílias beneficiárias do Bolsa Família. Essas famílias equivalem, aproximadamente, a 21,73% da população total do município, e inclui 167 famílias que, sem o programa, estariam em condição de extrema pobreza.

Sendo de grande significância o número de famílias beneficiadas pelo programa. Observando que de certa forma esse tipo de benefícios contribuiu para o desenvolvimento social, auxiliando para o declínio da desigualdade social. O quadro abaixo apresenta o número de famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, valores de repasses realizados pelo Governo Federal ao Município de Lambari D'Oeste, bem como os 12 últimos meses que foram realizados os repasses.

Quadro 6 - Número de famílias beneficiadas, valores e meses dos repasses

| | | |
|-------------------|-----|---------------|
| outubro de 2019 | 459 | R\$ 82.041,00 |
| setembro de 2019 | 459 | R\$ 81.838,00 |
| agosto de 2019 | 469 | R\$ 83.150,00 |
| julho de 2019 | 479 | R\$ 84.837,00 |
| junho de 2019 | 483 | R\$ 86.040,00 |
| maio de 2019 | 495 | R\$ 87.337,00 |
| abril de 2019 | 496 | R\$ 87.397,00 |
| março de 2019 | 504 | R\$ 87.571,00 |
| fevereiro de 2019 | 495 | R\$ 88.438,00 |
| janeiro de 2019 | 491 | R\$ 86.299,00 |
| dezembro de 2018 | 509 | R\$ 89.778,00 |
| novembro de 2018 | 496 | R\$ 88.269,00 |

Fonte: MDS (2019)

Assim, discutindo a importância de políticas de transferência de renda condicionada, e investimentos sociais como o Programa Bolsa Família, revela o papel estratégico do Estado brasileiro quanto ao intento de promoção de garantia de renda aos mais necessitados. (PINHEIRO, 2016).

A partir da disponibilidade desses dados é possível analisar a realidade municipal demonstrando a parcela mais pobre da população. Além de relacionar benefício ao declínio da desigualdade social municipal.

Além do bolsa família como um agente contribuinte para o declínio da desigualdade, pode-se dizer que outros indicadores estão relacionados a esse declínio como ao crescimento do PIB e PIB

per capita municipal, pois representa a repartição da renda entre a população local diminuindo o nível de desigualdade e os investimentos do poder público no bem-estar-social da população.

Mostrando as relações positivas sobre o PIB per capita e Índice de Gini Oliveira (2016) aponta a quantidade relativa de beneficiados, e a explicação para o fenômeno de uma renda municipal maior associada à sua maior concentração. No entanto, ressalta o aumento da concentração e indica a necessidade de monitoramento para planejamento e implementação de políticas públicas que visem diminuir essas desigualdades ou a defasagem necessária para que isto ocorra.

3.6 Valor adicionado à pecuária no município de Lambari D'Oeste

A pesquisa fornece informações sobre os efetivos da pecuária existentes no município na data de referência do levantamento, bem como a produção de origem animal e o valor da produção durante o ano de referência. Os efetivos incluem bovinos, suínos, matrizes de suínos, galináceos, galinhas, codornas, equinos, bubalinos, caprinos e ovinos. A produção de origem animal, por sua vez, contempla a produção de leite, ovos de galinha, ovos de codorna, mel, lã bruta e; as quantidades de vacas ordenhadas e ovinos tosquiados; e a aquicultura, que engloba as produções da piscicultura. (IBGE, 2017a).

Para analisar os resultados da pecuária no decorrer dos anos de 2004, 2010, 2016 e 2017, comparou-se o crescimento do número de animais presentes no município (Figura 50).

Quadro 7 - Valor adicionado a pecuária em Lambari D'Oeste – MT entre os anos de 2004 a 2017 no município

| | 2004 | 2010 | 2016 | 2017 |
|---|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| Bovino | 147.503 cabeças | 136.214 Cabeças | 149.114 cabeças | 143.711 Cabeças |
| Vaca ordenada | 4.553 ca | 5.054 ca | 1.905 ca | 2.515 ca |
| Leite de Vaca | 4.952 L | 5.822 L | 2.961 L | 3.255 L |
| Equino | 1.949 ca | 1.122 ca | 1.443 ca | 1.592 ca |
| Galináceo | 34.467 ca | 13.741 ca | 14.724 ca | 14.432 ca |
| Galinha | 17.401 ca | 6.574 ca | 6.920 ca | 6.783 ca |
| Mel de Abelha | 1.440 kg | 0 | 0 | 0 |
| Ovino | 2.662 ca | 1.692 ca | 1.631 ca | 1.961 ca |
| Suíno | 2.755 ca | 1.843 ca | 1.888 ca | 2.224 ca |
| Pacu e patinga | 0 | 0 | 500 kg | 360 kg |
| Pintado, cachara, cachapira, pintachara e surubim | 0 | 0 | 100 kg | 150 kg |
| Tambacu e tambatinga | 0 | 0 | 43.007 kg | 30.105 kg |

Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

Os resultados dos valores adicionados à pecuária apontam desde 2004 a 2017 que a principal produção executada em Lambari D'Oeste é a criação de bovinos. Deste modo o valor adicionado à

pecuária vem passando por alterações desde a quantidade da produção a forma que está sendo executada, se diferenciando pela implementação da tecnologia na cria, engorda e ordenhas. Outras produções como asinino, equino, bubalino foram identificados, mas não possuem valores expressivos que justificam a tabela.

Por ter grande produção a pecuária contribui para o crescimento do PIB, relacionados aos valores desse tipo de produção, além disso os serviços que são fornecidos como auxílio a produção no campo contribuem para o crescimento da economia local. Deste modo esses tipos de serviços oferecidos no campo na produção e criação na pecuária como rações, transportes, instalações de confinamentos, máquinas, adubos, inseticidas, vermífugos, entre outros são de grande relevância já que o auxílio da tecnologia vem contribuindo para o crescimento da produção da pecuária.

Além da criação tradicional de bovinos de forma extensiva é observado no município, a inserção dos confinamentos e semiconfinamentos que produzem visando o abastecimento do Estado e em alguns casos a exportação.

Além da pecuária outras produções são executadas no município, mas de forma reduzida como pode ser observado no quadro acima. Onde houve o declínio destas pequenas produções desde o ano de 2004 a 2017. Se justificando pela redução no número de pequenas propriedades que desenvolvem a policultura e a ampliação de monocultura. Já que nas últimas décadas as pequenas propriedades vêm sendo compradas pelos grandes produtores de cana-de-açúcar ou para a ampliação de plantio de capim para a pecuária extensiva e confinamento.

Nos últimos anos têm se alterado a forma de produção da pecuária com a ampliação do número de grandes propriedades que produzem extensivamente, semiconfinamentos ou confinamentos, tipo de produção que vem sendo comum no município. Com isso havendo redução das pequenas produções como número do gado leiteiro, galinhas e suínos.

Apesar das alterações ocorridos no setor da pecuária e seus agregados ainda é uma das maiores fontes econômica municipal. Gerando emprego, renda e crescimento do PIB, contribuindo para o bem-estar social dando a população empregada um maior poder de compra.

Outra cultura que tem se ampliado nos últimos anos no município é piscicultura em tanques com criação de tambacu, pacu, pintado entre outras espécies, sendo comum nas áreas rurais e nas proximidades da área urbana, com o objetivo de distribuição para os comércios locais e circunvizinhos, sendo assim um dos meios de geração de renda para a população.

3.7 Valor adicionado a agricultura em Lambari D'Oeste

A pesquisa referente ao valor adicionado a agricultura segundo o IBGE (2017a) tem por objetivo:

Investigar um conjunto de produtos das lavouras temporárias e permanentes do País que se caracterizam não só pela grande importância econômica que possuem na pauta de exportações, como também por sua relevância social, componentes que são da cesta básica do brasileiro, tendo como unidade de coleta o município (IBGE, 2017, a).

Para analisar os resultados da agricultura no decorrer dos anos de 1999, 2003, 2007, 2011, 2015 e 2016, comparou-se os valores da agricultura e outros relacionados no município (Tabela 2).

Tabela 2 - Valor adicionado à agricultura em Lambari D'Oeste – MT entre os anos de 1999 a 2016

| Valor Adicionado a Agricultura | 1999 | 2003 | 2007 | 2011 | 2015 | 2016 |
|--------------------------------|----------|-----------|-----------|-----------|------------|-----------|
| Série retropolada Agropecuária | 0 | 27.176,00 | 33.009,00 | 0 | 0 | 0 |
| Indústria | 0 | 9.053 | 12.077 | 0 | 0 | 0 |
| Série encerrada Agropecuária | 6.521,00 | 19.520,00 | 32.882,00 | 45.993,00 | 0,00 | 0,00 |
| Indústria | 3.947,00 | 9.853,00 | 12.665,00 | 18.072,00 | 0 | 0 |
| Série revisada Agropecuária | 0 | 0 | 0 | 74.068,00 | 100.826,44 | 63.744,73 |
| Indústria | 0 | 0 | 0 | 7.237,00 | 29.224,78 | 41.011,39 |

Organização: Cleidiane dos Santos Carvalho

O valor adicionado à agricultura está correlacionado a variadas produções e uso na localidade, havendo predominância de alguns tipos de cultura como plantio de cana-de açúcar, mandiocas, etc. Os tipos de produção que mais se destacam são responsáveis pelo crescimento do PIB e PIB per capita que obtiveram maior aumento no ano de 2015, dessa forma com a ampliação dos índices do setor econômico é possível a redução dos índices de Gini.

O setor obteve expressivo crescimento na produção, devido a ampliação das áreas de cultivo, destacando a ampliação das grandes fazendas com produção de monoculturas e no setor industrial local. Sendo que o setor agrícola responsável por grande parcela da geração dos PIBs no município.

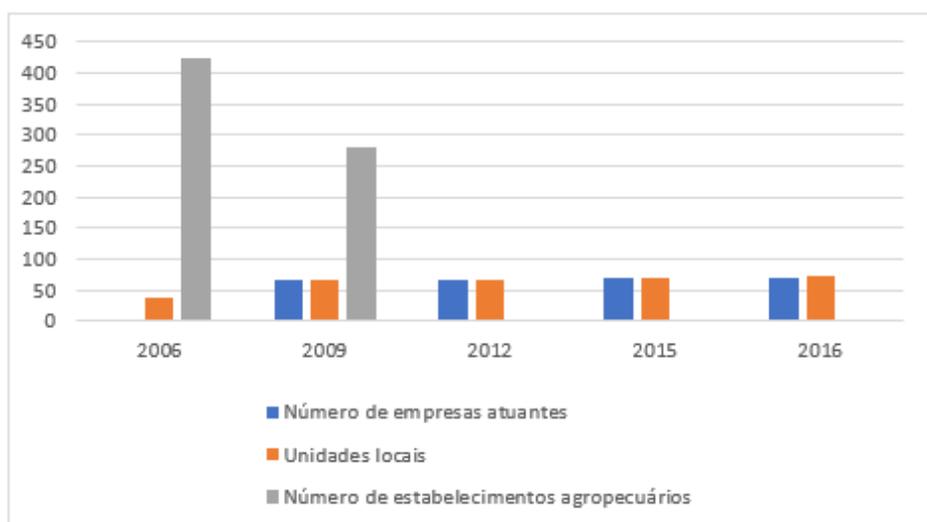
3.8 Valor adicionado ao comércio em Lambari D'Oeste

A pesquisa referente ao valor adicionado ao comércio, segundo o IBGE (2016b), tem por objetivo:

A Pesquisa Anual de Comércio (PAC) constitui uma importante fonte de dados setoriais para compreender o comportamento do mercado sob a lógica da oferta, uma vez que as atividades comerciais empregam significativa parcela da população e contribuem, em grande medida, para a composição do Produto Interno Bruto (PIB) (IBGE, 2016, b).

Para analisar os resultados dos valores adicionados ao comércio no decorrer de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2016 comparou-se valores considerando as empresas atuantes, unidades locais e estabelecimentos agropecuários do município (Figura 51).

Figura 51 - Valor adicionado ao comércio em Lambari D'Oeste – MT entre os anos de 2006 a 2016



Fonte: IBGE (2016b)

O valor adicionado ao comércio em Lambari D'Oeste nos anos de 2006 a 2016, foram analisados a partir de dados disponibilizados pelo IBGE e sistematizados de três em três anos para uma melhor análise e compreensão, com exceção ano de 2016, o último ano em que o sítio disponibilizou os dados, este ano o mais próximo da atualidade, sendo assim importante para o estudo do panorama atual do comércio.

Os valores do comércio correspondem aos estabelecimentos presentes na sede municipal, distritos e na zona rural. No entanto os números dessas empresas e número de unidades locais se posicionaram de forma estável, sem muitas alterações.

Dessa forma percebe-se que nos anos 2006 e 2009 os estabelecimentos agropecuários se sobressaíram, se destacando aos demais tipos de comércios, estes valores estão associados ao

crescimento no setor da pecuária e agrícola, necessitando assim de outras instalações desse tipo de comércio.

No decorrer dos anos as instalações de comércio se mantiveram de maneira relativamente estável, visto que os comércios visam atender as necessidades da população local, dessa forma por ser um município de pequeno porte não detém de grande quantidade e diversidade de produtos. Já que alguns tipos de produtos não são comercializados no município, sendo comum o deslocamento da população para outras cidades a procura desses tipos de serviços não oferecidos.

Predominam os comércios no ramo de alimentos, vestimentas, móveis e eletrodomésticos, sorveterias, salões de beleza, mecânicas de motos e carros, materiais de construção. Por mais que parece oferecer todos tipos de comércio, mas são variados os itens procurados nos comércios locais que não são encontrados, visto que oferecem em alguns casos apenas produtos essenciais e de base. A diversificação do comércio e os itens oferecidos estão relacionados aos números de venda, passando a ser comercializados itens que vendem mais e rápido.

A falta de diversidade comercial é um dos problemas enfrentados por habitantes da localidade. Nessa discussão os termos inovação, empreendedorismo e investimento são centrais para conceituar o crescimento econômico, bem como afetam a população, um sistema eficiente de produção, circulação e distribuição de bens e serviços. (CZIMIKOSKI, 2015, p. 23).

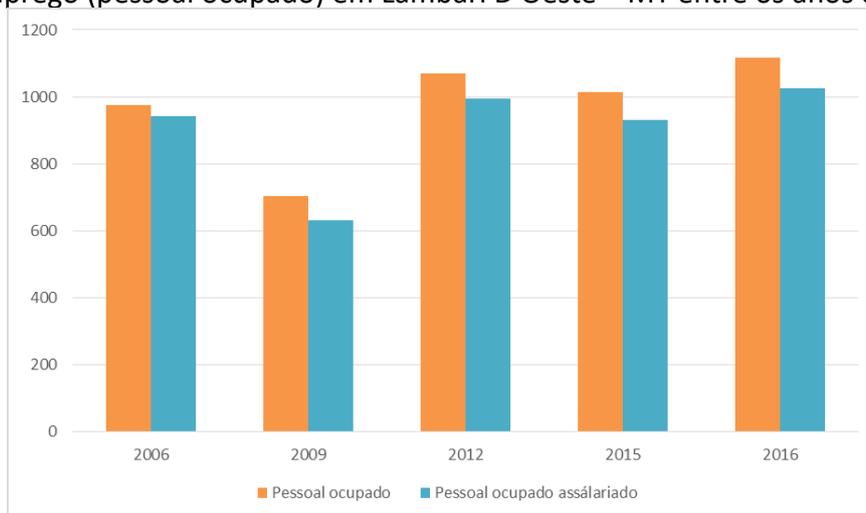
3.9 Emprego (pessoal ocupado e pessoal assalariado) em Lambari D'Oeste

De acordo com o IBGE (2019) o indicador de emprego é definido como:

Compreende as informações sobre força de trabalho e mercado de trabalho, abrangendo informações sobre população na força de trabalho, ocupação, desocupação, posição na ocupação, horas trabalhadas; características do empreendimento ou negócio (atividade econômica, tamanho do empreendimento, existência de estabelecimento para funcionar); saúde e segurança no trabalho (acidentes e enfermidades ocupacionais); trabalho decente; e grupos vulneráveis, entre outros aspectos. (IBGE, 2019).

Ao decorrer dos anos citados, foram analisados os resultados de emprego, comparando o crescimento do número do pessoal ocupado e pessoal ocupado assalariado do município (Figura 52).

Figura 52 - Emprego (pessoal ocupado) em Lambari D'Oeste – MT entre os anos de 2006 a 2016.



Fonte 1 - IBGE (2019)

Essa pesquisa foi realizada no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com um intervalo de três em três anos, entre o período de 2006 a 2015 e o ano de 2016 foi importante porque foi o último ano em que o IBGE forneceu esse tipo de dado, foi realizada estrategicamente para facilitar a análise e apresentação.

A partir da pesquisa pode-se observar que o pessoal ocupado e o pessoal assalariado desde o ano de 2006 até 2016 teve diversas alterações, visto que o pessoal ocupado sempre obteve índices maiores desde o início da pesquisa. Que se caracteriza em valores maiores devido à falta de empregos fixos no município, que possui poucos empregos ou empresas que forneçam empregos fixos à população local. Deste modo a população acaba, em variados casos, trabalhando de forma autônoma, desenvolvendo vendas ou como prestadores de serviços.

Pode-se observar nos anos em estudo que o número de trabalhadores assalariados esteve em declínio em todos os setores, visto que está associado ao desenvolvimento tecnológico no campo, principalmente no setor de produção de cana-de-açúcar, e que a mão de obra humana foi substituída pelas máquinas. Visto que a Empresa COOPERB fornece grande parcela de empregos ao município. O quadro demonstra a movimentação de admissões e desligamentos ao decorrer dos anos de 2010 a 2018.

Quadro 8 - Movimentação agregada

| Movimentação agregada | 2010-2012 | 2013-2015 | 2016-2018 |
|----------------------------------|-----------|-----------|-----------|
| Admissões | 3.006 | 2.295 | 1.565 |
| Desligamentos | 3.263 | 2.250 | 1.595 |
| Empresas formais | 975 | 975 | 975 |
| Total de estabelecimentos | 168 | 168 | 168 |

Fonte: MTE (2019)

Essas alterações decorrentes a desligamentos ao decorrer dos anos, estando relacionada ao desenvolvimento tecnológico ocasionando a queda no número do pessoal ocupado e assalariado, no número de empregos. Destacando que o município possui uma única empresa de grande porte do município e emprega grande parcela da população (IBGE, 2019). Sendo que população ocupada e assalariada que trabalha na Empresa COOPERB ocupa cargos na administração, na área interna da empresa e no campo mecanizado.

As admissões variaram ao decorrer dos anos em estudo, estando associados ao período de safra da Empresa COOPERB, que ao início da safra emprega trabalhadores durante o período de seis meses, sendo dispensados no final do ano. Além da redução de contratos ao decorrer dos anos decorrente a inserção tecnológica.

Sendo de relevância apresentar os setores que fornecem emprego, bem como número de trabalhadores por setor. Dessa forma o quadro- apresenta o total de atividade desenvolvidas em todo o município, e o total de empregos associados a cada setor.

Quadro 9 - Setores econômicos e total de empregos por setor

| Total das Atividades | |
|-----------------------------|-------------------|
| IBGE Setor | Total |
| 1 - EXTRATIVISMO MINERAL | 1 unidade |
| 2 - INDÚSTRIA TRANSFORMAÇÃO | 276 empregados |
| 5 – COMÉRCIO | 70 unidades |
| 6 – SERVIÇOS | 28 unidades |
| 7 - ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA | 208 servidores |
| 8 – AGROPECUÁRIA | 645 proprietários |
| Total | 1.228 |

Fonte: MTE (2018)

Sendo possível observar que o setor que mais emprega, destaca-se a agropecuário que engloba a agricultura e pecuária, pela grande área desse tipo de uso, se caracterizando por fazendas de criação de bovinos de corte, cria recria e leiteira, podendo ser de forma extensiva, semiconfinadas ou confinadas. Já a agricultura se desenvolve na plantação de cana-de-açúcar, soja, milho, mandioca, feijão, etc. Sendo estes setores de maior relevância na geração de emprego e renda.

Já a indústria se encaixa sendo a segunda de maior de geração de empregos formais, sendo representada por uma única empresa, a COOPERB, mas que movimenta o setor de emprego, renda e poder de compra da população local.

O comércio local é uma das fontes de ocupação e produção de renda em supermercados, lojas de eletrodomésticos, vestuários, papelarias, farmácias, padarias, bares, entre outros. Que são mais movimentados principalmente no período de pagamento dos servidores públicos, empresa Cooperb e pagamento das fazendas. Dessa forma o comércio necessita de mão de obra, contribuindo geração de emprego e renda municipal.

Outro meio que emprega grande parcela da população são os serviços públicos em órgãos municipais nos setores da educação, visto que no município possui quatro escolas Municipais e uma Estadual, além da área da saúde, com quatro postos de atendimentos, na parte administrativa da Prefeitura Municipal, assistência social, entre outros.

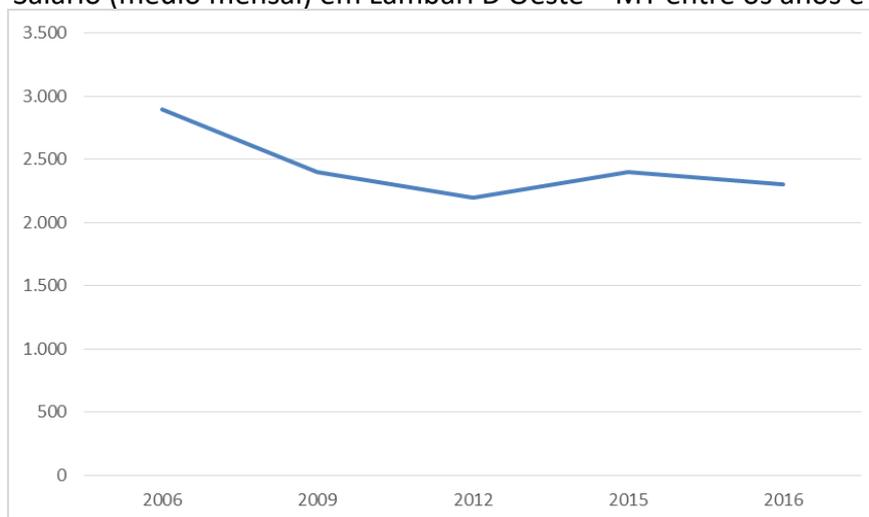
3.9.1 Renda média da população em Lambari D'Oeste

De acordo com o IBGE (2009) os dados referentes a renda média têm por objetivo:

Avaliar as estruturas de consumo, de gastos, de rendimentos e parte da variação patrimonial das famílias, oferecendo um perfil das condições de vida da população a partir da análise dos orçamentos domésticos. Além das informações diretamente associadas à estrutura orçamentária, várias características dos domicílios e das famílias são também investigadas, incluindo a autoavaliação subjetiva sobre qualidade de vida. Os resultados da pesquisa possibilitam, ainda, estudar a composição dos gastos das famílias segundo as classes de rendimentos, as disparidades regionais, as situações urbana e rural, a difusão e o volume das transferências entre as diferentes classes de renda, bem como a dimensão do mercado consumidor para grupos de produtos e serviços. (IBGE, 2009).

A figura 53 apresenta a relação total anual do salário da população de Lambari D'Oeste nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2016. O gráfico está dividido de três em três anos, para facilitar a apresentação e análise.

Figura 53 - Salário (médio mensal) em Lambari D'Oeste – MT entre os anos e 2006 á 2016



Fonte - IBGE (2019)

A renda mensal dos lambarienses variam entre R\$1.000 mensais a R\$ 3.200 mensais, visto que os meios empregatícios da localidade oferecem aos trabalhadores renda fixa de média a baixa.

Mas os salários acabam se alterando decorrente aumento no nível de Brasil sendo repassado aos municípios e crescimento na economia local, sendo distribuídas pelos empregadores.

Outro fator do acréscimo salarial local é nível de escolaridade dos trabalhadores nos setores administrativos e campo da Cooperb, no setor da educação, saúde, assistência social ou cargos públicos na prefeitura.

Entre as mudanças que ocorreram no setor fornecedor de renda está a inserção tecnológica no campo da Empresa Cooperb que passou a produzir de forma mecanizada, assim a empregando trabalhadores com maiores níveis de escolarização para executar funções que necessitam maior grau de estudos como operação de máquinas colheitadeiras, tratores com GPS e outros meios tecnológicos.

3.9.2 Valores adicionados aos serviços em Lambari D'Oeste

Os serviços são definidos pelo IBGE (2015) como indicadores de funcionamento do PIB, assim constitui como:

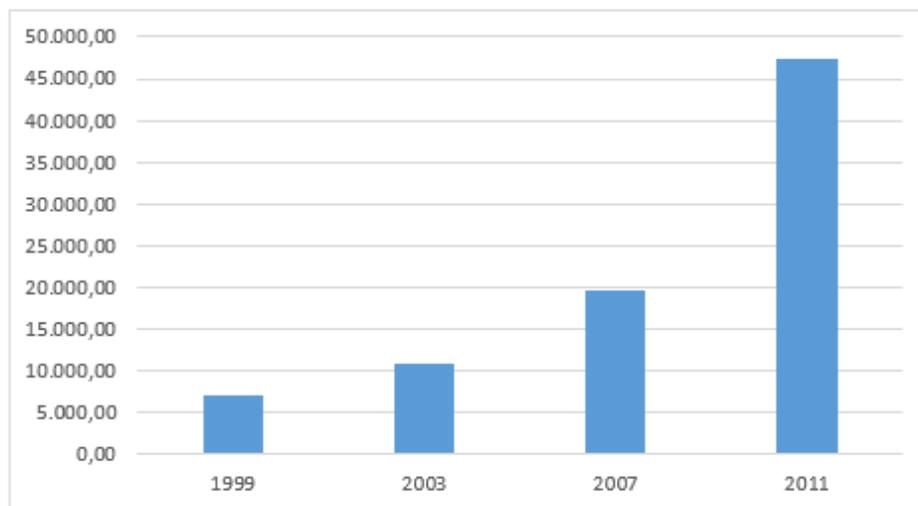
A Pesquisa Anual de Serviços (PAS) constitui uma importante fonte de dados setoriais para a compreensão do comportamento do mercado formal sob a ótica da oferta de serviços não financeiros. Seus resultados são relevantes para o cálculo do Produto Interno Bruto - PIB, além de constituírem uma referência para a análise das atividades que compõem o setor de serviços, em termos de pessoal ocupado, valor da produção e renda na economia. (IBGE, 2015).

Dessa forma seu comportamento ao decorrer do ano aponta o crescimento ou não da renda local.

A Pesquisa Mensal de Serviços produz indicadores que permitem acompanhar o comportamento conjuntural do setor de serviços no País, investigando a receita bruta de serviços nas empresas formalmente constituídas, com 20 ou mais pessoas ocupadas, que desempenham como principal atividade um serviço não financeiro, excluídas as áreas de saúde e educação. (IBGE, 2019, b).

A figura 54 apresenta a relação total anual dos serviços oferecidos em Lambari D'Oeste nos anos de 2006, 2009, 2012, 2015 e 2016. Este gráfico está estratificado de três em três anos, para facilitar a apresentação e análise.

Figura 54 - Serviços em Lambari D'Oeste – MT entre os anos e 2006 á 2016



Fonte: IBGE (2018)

Os valores relacionados aos serviços no município nos anos tem aumentado significamente, visto que os serviços oferecidos tem se ampliado e sendo oferecidos a população das áreas interior.

No ano de 1999 o valor obteve menor número, visto que, o município havia poucos anos de emancipação e detinha de pequena estrutura comercial, e assim oferecia um menor número de serviços, mas com o decorrer dos anos os serviços ainda não oferecidos passaram a ser ofertados como, internet via rádio, tv a cabo, internet via planos, etc. Os serviços oferecidos contribuem para a renda e geração de empregos na localidade, já que nos municípios de pequenos porte são reduzidas.

CAPÍTULO IV

A RELAÇÃO ENTRE OS ASPECTOS FÍSICOS E OS SOCIOECONÔMICOS

4.1 INTRODUÇÃO

Este capítulo trata da relação entre os aspectos físicos e socioeconômicos realizando interligações entre eles, dando enfoque a associação entre esses aspectos, se resultando nas formas de uso do solo no município.

A pesquisa permitiu atestar uma série de alterações ambientais que foram associadas ao desenvolvimento socioeconômico e o crescimento econômico a partir da forma na qual o solo é utilizado. Mediante os estudos pode se observar que as relações são mútuas entre os aspectos físicos e humanos, visto que os tipos de uso presente estão inseridos conforme a geologia, geomorfologia e pedologia local. Desconsiderar esta questão significa desconsiderar o conjunto entre elementos físicos e humanos.

4.2 Ambiente e econômico

O ambiente em que vivemos está em constantes transformações e interligações entre os condicionantes físicos e socioeconômicos de maneira que todas as fontes econômicas são advindas dos recursos naturais, visto que os ambientes funcionam em conjunto.

Dessa forma esta pesquisa buscou analisar e correlacionar os aspectos físicos, econômicos e sociais dando enfoque aos indicadores sociais que demonstram o crescimento econômico e desenvolvimento social de um lugar, sendo estes frutos dos tipos de uso presente no município, associados aos condicionantes ambientais presentes na localidade. O trabalho aborda as relações entre a sociedade e os recursos naturais dos quais ela dispõe e com os quais ela interage.

Desde o processo de ocupação e colonização o município vem passando por alterações ambientais, visando o desenvolvimento local por meio de culturas agrícolas como as lavouras permanentes e temporárias, pecuária extensiva e, anos depois, a indústria; percebido que ao logo dos anos esses meios econômicos se diversificaram, mas que predominaram a agricultura temporária e a pecuária, se tornando uma das principais fontes econômicas da localidade.

Na atualidade a pecuária extensiva é realizada na Unidade Geoambiental I e na Unidade Geoambiental II, sendo abrangente em quase todo território. Os condicionantes ambientais são de suma importância para o uso do solo, visto que se interagem e determinam a forma de ocupação local.

Assim a partir da caracterização ambiental é possível associar os condicionantes físicos à pecuária, sendo desenvolvida em área de formações geológicas pantanal e aluviões atuais, com geomorfologia de depressão do Rio Paraguai e planícies fluvial. Por estarem em relevos predominantes

baixos possuem poucas ondulações, sendo considerada plano ou suave ondulado, contribuindo para esse tipo de uso.

Quanto ao solo a pecuária é desenvolvida em área de NEOSSOLOS QUARTZARÊNICOS Órtico típico e LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO distrófico, que em geral são solos com baixa capacidade de retenção de líquidos com predominância de areias, totalmente desprovidos de minerais primários e secundários, se tornando inviáveis para o uso da agricultura, sendo aproveitados com pecuária extensiva. Assim a pecuária se desenvolve de forma extensiva, semiconfinada e confinados, tendo grande abrangência em todo o município e participação no PIB anual e geração de emprego.

A cultura temporária é desenvolvida em predominância na Unidade Geoambiental I, como outra fonte de economia, a produção de cana-de-açúcar destinada à cooperativa agrícola Cooperb, que possui suas propriedades em locais com predominância de solos como LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico e ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico, onde há predominância de culturas ligadas à agricultura como plantação de cana-de-açúcar, milho e soja.

Visto os ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico são mais produtivos com boas reservas nutritivas com altos valores de saturação de base, o alumínio trocável é inferior à umidade e saturação, possuindo grande fertilidade, recomendado ao uso na agricultura, rico em calcário advindo da formação geologia Araras, sendo comum em área com relevos levemente ondulados.

O LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico são solos desprovidos de minerais primários e secundários menos resistentes ao intemperismo, sendo necessário a correção para uma maior produtividade. Nas áreas de ocorrência desse tipo de solo é comum realizar correções em um menor período de tempo por meio de adubos e fertilizantes químicos ou plantação de crotalárias com o intuito que esses solos se tornem mais produtivos.

Além das correções de solos, nos últimos anos tem se investido em melhoramento das espécies adaptadas ao solo e clima, para toda a plantação com maior produtividade e resistência, adubação e uso da vinhaça.

A partir das ações tomadas por meio dessa Cooperativa, visando um maior lucro, contribuem para a maior produtividade da cana-de-açúcar e conseqüentemente a produção do álcool. Dessa forma favorecem ao crescimento PIB e PIB per capita municipal, sendo estes indicadores econômicos, que, a partir do Poder Público, são retornados através de investimentos nas áreas da saúde, educação, assistência social e bem-estar da população local.

Sendo de relevância apontar que todas essas ações envolvem o capital, associado ao crescimento econômico e desenvolvimento social, traz relevantes alterações ao meio ambiente bem como; desmatamento, poluição do ar e águas, erosões, soterramento de nascentes e assoreamento de córregos e rios, podendo ser considerados reversíveis ou irreversíveis aos ambientes envolvidos.

Desse modo pode se concluir que os aspectos físicos influenciam nos tipos de uso do solo e assim sendo reproduzidas nos indicadores socioeconômicos dos municípios, apresentando a realidade vivida pelos habitantes das localidades.

Apesar de a economia favorecer o desenvolvimento social e crescimento econômico é importante destacar que as fontes de recursos próprios dos municípios de pequeno porte são insuficientes para atender as necessidades dos habitantes locais. Sendo necessário o auxílio dos governos Federal e Estadual por meio dos repasses realizados aos municípios para que consigam manter as necessidades básicas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se analisar os indicadores socioeconômico e ambientais associando ao uso da terra, bem como associar o desenvolvimento econômicos aos tipos de uso do solo e as alterações ambientais.

Quanto aos condicionantes ambientais o trabalho se dividiu em duas unidades geoambientais depressão do Rio Paraguai e planícies fluviais levando em consideração os condicionantes geomorfológicos de cada unidade, com base em dados disponibilizados pelo IBGE. Aos aspectos geológicos é notado a presença de aluviões atuais, formação araras, formação pantanal, formação Sepotuba e formação vale da promessa, corroboram para ocorrência geomorfológica de depressão do Rio Paraguai e planícies fluvial. As formações geológicas das áreas de aluviões atuais deram origem a solos com grande proporção de areia que ficam suscetíveis a processos erosivos, causando assoreamento do leito dos Rios Cabaçal e Sepotuba.

Destacando que o município está inserido em uma área de relevos relativamente pouco ondulados ou planos, que contribuem para o entendimento dos tipos de uso do solo presentes.

As classes de solos dominantes no município são os NEOSSOLOS QUARTZARÊNICOS Orticoléptico, NEOSSOLOS QUARTZARÊNICOS Órtico típico, GLEISSOLOS HÁPLICO Alumínio típico, LATOSSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico, ARGISSOLO VERMELHO-AMARELO Distrófico típico, que em geral, são solos que ocorrem em áreas de depressões e planícies, como predominância de areias, sendo profundos e com baixo teor de argila, sendo utilizados para o uso da pecuária e culturas temporárias.

O município apresentou economias diversificadas a partir dos diversos tipos de uso do solo, sendo em maior abrangência a pecuária e as culturas temporárias pela produção de cana-de-açúcar. Além disso, a campo foi possível identificar tipos de uso não apontados pelo IBGE, mas que possuem relevância econômica e social municipal. Podendo ser citadas as olarias, pecuária de semiconfinamentos, confinamentos, pesqueiros, farinha, usina, pisciculturas, etc.

O estudo permitiu observar a configuração e organização dos espaços bem como analisar tipos de uso, alterações ambientais e correlacionar aos condicionantes socioeconômicos. Bem como apresentar o crescimento econômico e desenvolvimento social desde os primeiros anos de dominação própria do município, bem como perceber a evolução tanto econômica quanto social.

Destacando que a emancipação trouxe a população local o acesso a serviços, que antes eram inviáveis bem como a saúde, educação, assistência social, lazer, entre outros benefícios. E que o município ao longo dos anos vem passando por transformações econômicas, sociais e ambientais de acordo com a necessidade do ser humano em habitar e usufruir dos espaços.

Que o crescimento ou declínio dos indicadores socioeconômicos ao longo dos anos estão relacionados a fonte econômica do local, bem como a forma que é executada o uso do solo. E que além de aspectos positivos como na economia e desenvolvimento local os tipos de uso do solo vêm passando por grandes transformações no meio físico, ocasionando alterações ambientais podendo

ser consideradas reversíveis ou irreversíveis ao meio ambiente, como desmatamentos, soterramento de nascentes, erosões, assoreamentos de nascentes, córregos e rios.

Essas alterações em muitos dos casos, vem sendo associada a falta de cobertura vegetal e dessa forma facilitando o desprendimento dos solos, aumentando as erosões e relevo acidentado nas áreas de depressões que facilitam o transporte de materiais até as áreas de planícies. A ausência de vegetação contribui para o surgimento de erosões e assoreamento dos cursos de água.

Por meio das conclusões obtidas por este trabalho, é possível perceber algumas deficiências no setor econômico e de geração de empregos, pois o município não detém de altas fontes próprias para manter-se e atender as necessidades por parte do poder público e conseqüentemente ficando à mercê de repasses dos Governos Estadual e Federal para progredir.

Sendo este município dependente da produção da cana-de-açúcar e indústria para o mantimento da sua renda mensal e anual, além agricultura temporária e pecuária de corte que auxiliam nas fontes de renda municipal.

Diante dos estudos realizados no município em relação aos elementos naturais e socioeconômicos, sugere-se que dê continuidade as realizações de pesquisas no âmbito ambiental e social, visando a evolução do crescimento, desenvolvimento econômico e social, visando correlacionar as alterações do meio físico e levando em consideração que o desenvolvimento local deve existir, mas de maneira consciente sem grandes impactos ao meio ambiente.

Por fim, devem os habitantes estarem cientes e terem acesso aos valores dos indicadores sociais municipal para que haja uma maior participação como cidadão e cobrar melhorias aos residentes municipais.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, L. M. B. Evolução magmatismo do Domínio Cachoeirinha: suítes intrusivas Santa Cruz, Alvorada e Rio Branco – SW do Cráton Amazônico – MT. 2008. Tese (Doutorado), Universidade Estadual Paulista, Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Rio Claro - SP, 2008..
- AZEVEDO, D. A urbanização mato-grossense: uma reflexão a partir da relação urbano – rural. X Encontro de Geógrafos da América Latina. Anais. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.
- BARROZO, João. Carlos. A questão agrária em Mato Grosso a persistência da grande propriedade. In: BARROZO, JOÃO. CARLOS (Org): Mato Grosso a (re) ocupação da terra na fronteira amazônica (século XX). São Leopoldo: Oikos; Unisinus; Cuiabá/MT: EdUFMT, 2010.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria-Geral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SD-21 Cuiabá; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982.
- BRASIL. Ministério das Minas e Energia. Secretaria-Geral. Projeto RADAMBRASIL. Folha SE.21 Corumbá e Parte da folha SE-20; geologia, geomorfologia, pedologia, vegetação e uso potencial da terra. Rio de Janeiro, 1982.
- CARVALHO, S. C. Análise Comparativa do Perfil Socioeconômico De Rio Branco e Lambari D'Oeste-MT. Monografia (Graduação em Geografia) Universidade do Estado de Mato Grosso - Unemat, Cáceres-MT, 2016.
- CZIMIKOSKI, F. O PIB reflete o crescimento e o desenvolvimento socioeconômico? Monografia (Graduação em Ciências Econômicas) Universidade Federal De Santa Catarina – UFSC, Centro Sócio Econômico Departamento de Economia e Relações Internacionais. Florianópolis- SC, 2015.
- FERREIRA, J. C. V.; SILVA, P. P. C. Breve história de Mato Grosso e seus municípios. Parte II, p. 144-145, Cuiabá, 1994.
- GALVÃO, J. A. C. Colonização e cidades em Mato Grosso. 2013. XXVII Simpósio Nacional de História- ANPUH: conhecimento histórico e diálogo social. Anais. Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres - Mato Grosso, 2013.
- GALVÃO, J. A. C. Notas sobre a colonização em Mato Grosso de 1940 a 1980. 2013. V Fórum de Educação e Diversidade. Anais. Universidade do Estado de Mato Grosso, Barra do Bugres, Mato Grosso, 2013.
- IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Manual Técnico de Geomorfologia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 182 p. 2009.
- _____. Manual técnico de uso da terra. Manuais técnicos em geociências. IBGE, ed. 3ª nº 7. Rio de Janeiro, 2013.

_____. Área territorial. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/lambari-doeste/panorama>. Acesso em 2018.

_____. Produto Interno Bruto (PIB), 2016, a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9088-produto-interno-bruto-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 maio. 2019.

_____. Produção da pecuária, 2017a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/agricultura-e-pecuaria/9107-producao-da-pecuaria-municipal.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 maio. 2019

_____. Pesquisa de orçamentos familiares, 2009. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9050-pesquisa-de-orcamentos-familiares.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 maio. 2019.

_____. Pesquisa de Produção agrícola, 2017, b. Disponível

_____. Pesquisa Anual de Serviços, 2015. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?edicao=16895&t=sobre>. Acesso em: 20 maio. 2019.

_____. Pesquisa Anual de Serviços, 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/servicos/9028-pesquisa-anual-de-servicos.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 29 maio. 2019.

_____. Pesquisa Anual do Comércio, 2016b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/comercio/9075-pesquisa-anual-de-comercio.html?edicao=21572&t=sobre>. Acesso em: 20 maio. 2019.

_____. Índice de Gini, 2019, a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza.html>. 2019. Acesso em: 20 maio. 2019.

_____. Emprego, 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho.html>. Acesso em: 20 maio. 2019.

_____. Contas Regionais, 2009. Disponível em: https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/contasregionais/2009/defaultrepond_zip.shtm. Acesso em: 30 junho. 2019.

_____. Proteção Social, 2019, c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/protecao-social.html>. Acesso 13 agosto. 2019.

_____. Cidades. Produção agrícola lavoura temporária. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mt/lambaridoeste/pesquisa/14/10193>. Acesso em 10 de Maio de 2019.

_____. Manual técnico de uso da terra. Rio de Janeiro. IBGE, ed. 3ª. 2013. Disponível em: biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/81615.pdf. Acesso em: 17 abril. 2019.

_____. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, IBGE. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/perguntas_frequentes/#5 Acesso em: 29 junho. 2019.

- _____. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, IBGE. Índice de Gini, 2013a. Disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lambari-doeste_mt acesso em: 30 junho. 2019a.
- _____. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil, IBGE. Perfil Econômico, 2013b. Disponível em: [http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lambari-doeste mt](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/lambari-doeste_mt). Acesso em: 30 junho. 2019b.
- JESUS, Juarez. Francisco. Chuve. POLONOROESTE: Análise de uma política de expansão para o Noroeste do Brasil. Monografia (graduação em História) Universidade Do Estado De Mato Grosso-Unemat, Cáceres-MT, 2011.
- JÚNIOR, Brito. Álvaro. Francisco. JÚNIOR, Feres. Nazir. A utilização da técnica da entrevista em trabalhos científicos. Revista Evidência, Araxá, v. 7, n. 7, p. 237-250, Araxá-Minas Gerais, 2011.
- LAMBARI D'OESTE. Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. Plano Municipal de Educação de Lambari D'Oeste-MT 2015/2025. Lambari D'Oeste, 2015.
- LIMA, C.S. LIMA, T.E. SOUZA, C.A. SILVA, J. L. A. Caracterização ambiental: geologia, geomorfologia e solo no baixo curso na bacia do Rio Cabaçal em Curvelândia - Mato Grosso. In: XVII Simpósio Brasileiro de Geografia Física e Aplicada. Anais. Campinas – SP, 2017.
- LIMA, S. C. Uso e Ocupação da Terra, Alterações Morfológicas e Hidrodinâmica no Baixo Curso do Rio Cabaçal - Mato Grosso. 2018. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade do Estado de Mato Grosso-UNEMAT. Cáceres-MT, 2018.
- LOLLO, J. A. O uso da técnica de avaliação do terreno no processo de elaboração do mapeamento geotécnico: sistematização e aplicação na quadrícula de Campinas. 1995. Tese (Doutorado em Geotecnia) - Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 1996.
- MATO GROSSO. Secretária de Planejamento do estado – (SEPLAN). Atlas de Mato Grosso: abordagem socioeconômico-ecológica. Cuiabá – MT: Entrelinhas, 2011. 96 p.
- CAGED - Cadastro Geral de empregados e desempregados. MDE - Ministério do trabalho. Lambari D'Oeste. Disponível em: http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php 2018. Acesso em: 20 de novembro de 2019.
- MDS - Ministério de Desenvolvimento Social. Relatório Completo. Bolsa Família: Lambari D'Oeste. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/relatorio-completo.html>. Relatório gerado em 21/11/2019. Acesso em 20 de novembro de 2019.
- MILLÉO, J. C.. A utilização dos indicadores sociais pela geografia: uma análise crítica. 2005. Tese (Doutorado em Geografia). Departamento de Geografia. Universidade Federal Fluminense, Niterói - Rio de Janeiro, 2005.
- MORELLI, I. Municípios de Mato Grosso atual. Cuiaba-MT: PAN DAN, 2012. 324 p.
- MOURA, A. E. Gleba Canãa: Estudo das práticas econômicas e sociais de camponeses posseiros no Sudoeste do Estado de Mato Grosso. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre - RS, 1994.

OLIVEIRA, J.D. Bacia hidrográfica do Rio Branco, afluente da margem esquerda do Rio Cabaçal - MT: Morfopedologia, uso e ocupação da terra e sedimentação. Cáceres/MT. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais. Universidade do Estado de Mato Grosso, UNEMAT, Cáceres, MT, 2017.

OLIVEIRA, M.A.T. Processos Erosivos e Preservação de Áreas de Risco de Erosão por Voçorocas. In: GUERRA, A.J.T.; SILVA, A.S.; BOTELHO, R.G.M. (Orgs.). Erosão e Conservação dos Solos: conceitos, temas e aplicações. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. p.57-94.

PEREIRA, L. C. B. Crescimento e desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2008.

PINHEIRO, J. L. Influência do PIB per capita, índice de Gini e índice de vulnerabilidade social na concessão de bolsa família para municípios catarinenses – análise de 2010. 2016. Monografia (Graduação em Ciências Econômicas). Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, 2016.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. Ranking IDHM Municípios 1991. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-1991.html>. Acesso em: 07 agosto. 2019.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD (2010) Relatório do Desenvolvimento Humano. Índice de Desenvolvimento Humano. Brasil, 2010. https://www.undp.org/content/dam/brazil/docs/RelatoriosDesenvolvimento/undp-br-PNUD_HDR_2010.pdf. Acesso em: 12 agosto. 2019.

RODRIGUES, A. J. O papel da agricultura no processo de desenvolvimento econômico e as políticas governamentais para o setor agrícola. Revista Administração Pública. Rio de Janeiro, 12(3), p.9-37. Jul. /set, 1978.

ROLNIK, R. K. J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano por que nossas cidades continuam tão precárias? CEBRAP. Novos estudos 89, p. 89109, março de 2011, São Paulo – São Paulo, 2010..

ROSS, Jurandyr Luciano Sanches. O Registro Cartográfico dos Fatos Geomorfológicos e a Questão da Taxonomia do Relevo. Revista da Pós-graduação da USP, São Paulo; USP, Nº6, 1992.

ROSS, J. L.S. Geomorfologia Aplicada aos EIAs-RIMAs. In: CUNHA, S.B.; GUERRA, A. J.T. (Orgs.). Geomorfologia e meio ambiente, 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

RUIZ, A, S. Evolução Geológica Do Sudoeste Do Cráton Amazônico Região Limítrofe Brasil-Bolívia – Mato Grosso. 2005. Tese (Doutorado em Geociências). Universidade Estadual Paulista. Rio Claro - SP, 2005.

SANTOS, A. C. As concepções de “território” na pesquisa histórica: o sertão paulista. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. 2 63 - 181-20, 1014.

SANTOS, K. C. S. S. Espaços (re e) ocupações: A invenção do espaço urbano em Lambari D’Oeste (1955 – 1965). Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em História) Universidade do Estado de Mato Grosso, 2004.

SANTOS, F. A.; AQUINO, C. M. S. Mapeamento das unidades geoambientais do município de castelo do Piauí: subsídio ao planejamento ambiental. Revista OKARA: Geografia em debate, v. 9, n. 3, p., 2015, 428-449. João Pessoa, PB.

SOUSA, M. J. N. Compartimentação geoambiental do Ceará. (In.:) Ceará: um novo olhar geográfico. (Org.:) SILVA, J. B.; CALVACANTE et al. 2ª ed., atual – Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SEPLAN. Zoneamento socioeconômico-ecológico: Diagnóstico socioeconômico do Estado de Mato Grosso e Assistência Técnica na formulação da 2ª aproximação. Relatório Técnico Consolidado Da Geologia Do Estado De Mato Grosso. Nível compilatório. Cuiabá-MT, 352 p. 2000.

SEPLAN. Zoneamento socioeconômico-ecológico: Diagnóstico socioeconômico do Estado de Mato Grosso e Assistência Técnica na formulação da 2ª aproximação. Aspectos Geológicos Da Folha Barra Do Bugres – Mir 387 (Sd.21-Y-D) – Memória Técnica Parte 2: Sistematização Das Informações Temáticas Nível Compilatório. Cuiabá-MT, 2000.

SEPLAN. Zoneamento socioeconômico-ecológico: Diagnóstico socioeconômico do Estado de Mato Grosso e Assistência Técnica na formulação da 2ª aproximação. Relatório Técnico Consolidado Da Geomorfologia Do Estado De Mato Grosso. Nível compilatório. Cuiabá-MT, 169 p. 2000.

SEPLAN. Zoneamento socioeconômico-ecológico: Projeto de Desenvolvimento Agroambiental do Estado de Mato Grosso, PRODEAGRO. Mapa Geológico do Estado de Mato Grosso. Primeira edição, 2001.

SILVA, J. C. F. Categorias analíticas da Geografia: caminhos para leitura do espaço geográfico. Revista Diálogos. V. 14, 2015. p. 237 – 250

SILVA, P. E.; OLIVEIRA, Q. A. A. E.; ARAÚJO, S. A. E. O Conceito de Desenvolvimento Econômico Regional: Uma Revisão Teórica. In: The 4th International Congress on University-Industry Cooperation – Taubate. Anais. São Paulo – Brasil, 2012.

SILVA, R. K. A evolução do conceito de espaço geográfico. XVI Simpósio de Ensino, Pesquisa e Extensão: Aprender e empreender na educação e na ciência. Anais. v. 3, p. 79-86, 2012.

SOUZA, et al. Aporte de Sedimentos dos Afluentes da Margem Direita do Rio Paraguai, Pantanal Superior – Mato Grosso – Brasil. Revista Ciência Geográfica - Bauru – XXI- Vol. XXI – (1): Janeiro-Dezembro/2017.

SOUZA, I. C. SOUZA, C. A. Formação Geológica e Geomorfológica da bacia hidrográfica do Córrego Salobra: Porto Estrela, Mato Grosso. Revista Equador (UFPI), Vol. 7, Nº 1, p 34 – 52. Trabalho enviado em janeiro de 2018, trabalho aceito em abril de 2018.

TRENTIN R.; ROBAINA L. E. S., Metodologia para mapeamento geoambiental no Oeste do Rio Grande do Sul. XI Simpósio Brasileiro de Geografia Física Aplicada. Anais. São Paulo, 2005.

SOBRE A AUTORA



Cleidiane dos Santos Carvalho é professora de geografia na educação básica em escola pública no estado de Mato Grosso. Graduada em licenciatura plena em geografia, pela Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT) 2016, especialista em geografia e meio ambiente pela Faculdade Venda Nova do Imigrante (FAVENI) 2017, mestre em geografia pela Universidade Estadual de Mato Grosso (UNEMAT) 2019. E-mail: cleidianecarvalho74@outlook.com